

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE INHUMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

LETICIA FERREIRA PIRES

**A EDUCAÇÃO E AUTONOMIA EM JEAN-JACQUES ROUSSEAU: UM
ESTUDO A PARTIR D'O *EMÍLIO***

INHUMAS-GO
2024

LETICIA FERREIRA PIRES

**A EDUCAÇÃO E AUTONOMIA EM JEAN-JACQUES ROUSSEAU: UM
ESTUDO A PARTIR D'O *EMÍLIO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Cultura, Escola e Formação

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Barros de Almeida

INHUMAS-GO
2024

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS,
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE INHUMAS**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA
DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor (a), autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA n.1087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autora

Nome Completo: Leticia Ferreira Pires

E-mail: tissapires64@gmail.com

Dados do trabalho

Título: A Educação e Autonomia em Jean-Jacques Rousseau: Um Estudo a Partir D' o Emílio

Dissertação

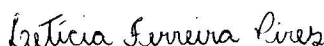
Concorda com a liberação documento?

SIM NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa.

Inhumas, 10/05/2024

Local Data



Assinatura da autora

Documento assinado digitalmente



LILIANE BARROS DE ALMEIDA CARDOSO

Data: 21/05/2024 17:56:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da orientadora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UEG

Pires, Leticia Ferreira.

A educação e autonomia em Jean-Jacques Rousseau: um estudo a partir D'O
Emílio

[manuscrito] /Leticia Ferreira Pires

2024, 72 f.

Orientador: Profa. Dra. Liliane Barros de Almeida.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Goiás, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2024.

Bibliografia.

1. Educação 2. Sociedade 3. Autonomia 4. Formação 5. Política. Título.



Universidade
Estadual de Goiás



ESTADO DE GOIÁS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA
INHUMAS

Ata Nº 17 da sessão de Defesa de Dissertação de **LETÍCIA FERREIRA PIRES** que confere o título de **Mestre em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás-PPGE/UEG, na área de concentração em **Educação**.

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro (12/04/2024), a partir das **14h30**, nas dependências da UnU Inhumas, de forma presencial, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**A Educação Na Modernidade: Um Estudo A Partir Da Obra Emílio De Jean-Jacques Rousseau**". Os trabalhos foram instalados pela Profa. Dra. Liliane Barros de Almeida (Presidente); Simone De Magalhães Vieira Barcelos - PPGE/UEG-Inhumas (Membro Interno); Prof. Dr. Ged Guimarães - UEG (Membro Externo). Durante a arguição, os integrantes da banca fizeram sugestão de alteração do título do trabalho para: "**Educação e autonomia em Jean-Jacques Rousseau: um estudo a partir do Emílio**". A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus integrantes, condicionada à incorporação das indicações da banca e à revisão de português e de ABNT na dissertação, dentro do prazo estabelecido. Proclamados os resultados pela Profa. Dra. Liliane Barros de Almeida, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Liliane Barros de Almeida (Presidente)

Prof. Dra. Simone De Magalhães Vieira Barcelos -
PPGE/UEG-Inhumas (Membro Interno)

Profa. Dr. Ged Guimarães - UEG (Membro Externo)

Prof.ª Dr.ª Wesley Carvalhaes - PPGE/UEG-Inhumas
(Suplente Interno)

Prof.ª Dr.ª Aline de Fátima Salles - UFG (Suplente
Externo)



Documento assinado eletronicamente por **LILIANE BARROS DE ALMEIDA CARDOSO, Docente de Ensino Superior**, em 21/05/2024, às 16:08, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE DE MAGALHAES VIEIRA BARCELOS, Coordenador (a)**, em 21/05/2024, às 16:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GED GUIMARAES, Docente**, em 29/05/2024, às 08:40, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **57088202** e o código CRC **7494FC35**.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIDADE
UNIVERSITÁRIA INHUMAS
AVENIDA ARAGUAIA 400 Qd.14 Lt., S/C - Bairro VILA LUCIMAR -
INHUMAS - GO - CEP 75400-000 - (62)3514-1345.



Referência: Processo
nº 202400020003490



SEI 57088202

LETICIA FERREIRA PIRES

A EDUCAÇÃO E AUTONOMIA EM JEAN-JACQUES ROUSSEAU: UM ESTUDO A PARTIR D'O *EMÍLIO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Liliane Barros de Almeida – PPGE - UEG

Profa. Dra. Simone Vieira Barcelos Magalhães – PPGE - UEG

Prof. Dr. Ged Guimarães – Faculdade de Educação – IELT - UEG

Quero agradecer primeiramente a Deus por me permitir vivenciar, mais essa conquista, por me dar discernimento em minhas escolhas.

Agradeço a todos que contribuíram, diretamente e indiretamente para que pudesse chegar ao fim dessa etapa, a todos que de alguma forma me incentivaram, a buscar o conhecimento.

Agradeço a minha família, de maneira especial aos meus pais, Maria e Adão que mesmo tendo apenas o ensino fundamental incompleto, sempre me apoiaram, me incentivaram e não mediram esforços para que pudesse estudar. Agradeço por sempre estarem ao meu lado e vibrarem comigo a cada conquista, por sempre ressaltarem a importância do estudo, vocês são minha maior inspiração.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação, desde a pré-alfabetização ao mestrado, todos deixaram um pouco de si na minha trajetória.

Agradeço aos professores do PPGE-Inhumas, que desde o primeiro dia, acolheu de uma maneira especial, com muito zelo. Agradeço em especial aos professores Simone, Made e Wesley, que tive o prazer de participar de suas disciplinas. Agradeço também ao professor Ged, por aceitar o nosso convite e contribuir com meu trabalho.

Agradeço imensamente a minha querida orientadora, professora Liliane Barros, que me acompanhou desde a iniciação científica, na monografia e agora na dissertação, professora que sem dúvidas contribuiu e continua contribuindo para a profissional e pessoa que sou hoje. É impossível mencionar aqui o quanto sou grata por fazer parte da minha formação, como disse uma vez será sempre minha orientadora. Sou grata por sempre acreditar em mim e propor novos desafios. Admiro seu trabalho, sempre solícita e disposta a ajudar.

Agradeço as amigas que construí durante esse percurso, minhas queridas Marcela Santos, Viviane e Marcela Inácia, foram e continuarão sendo muito importantes. Nossas conversas serão sempre lembradas, foram meu apoio para os estudos, desabafos, felicidades e tristezas, aprendi muito com vocês.

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás, em especial à Unidade de Jaraguá e Inhumas, por me permitirem adentrar a esse universo acadêmico, pela oportunidade de concluir minha graduação e mestrado. Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Educação – Inhumas, por essa oportunidade de realizar o mestrado em uma Universidade pública; pelo acolhimento e contribuição intelectual; por abrir novos horizontes.

Dedico essa pesquisa primeiramente a Deus, por me guiar, e me permitir chegar até aqui, em aos meus pais, Maria e Adão que me apoiaram, me deram forças, incentivo, e a todas as pessoas que estiveram comigo durante essa caminhada.

Viver não é respirar, é agir; é fazer uso de nossos órgãos, de nossos sentidos, de nossas faculdades, de todas as partes de nós mesmo que nos dão sentido de nossa existência. O homem que mais viveu não é o que contou maior número de anos, mas aquele mais sentiu a vida (Rousseau, 1995, p. 15).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM ROUSSEAU.....	15
CAPÍTULO II – PENSANDO A FORMAÇÃO PARA A AUTONOMIA A PARTIR DA EDUCAÇÃO DO EMILIO.....	29
CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA FORMAÇÃO.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

RESUMO

Essa dissertação está inscrita na linha de pesquisa: Cultura, Escola e Formação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas. O presente estudo desenvolvido, teve a pretensão de realizar uma reflexão sobre a educação, política, ética e sociedade, a partir da leitura dos textos de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), com ênfase na obra *Emílio* ou da Educação. Essa pesquisa, de cunho filosófico, permitiu compreender as discussões e os conceitos que Rousseau desenvolveu em seus escritos, tais como: o Homem de Natureza, Homem Civil, amor-de-si, piedade, amor-próprio, educação negativa e positiva. Com base nos escritos rousseauianos, buscamos compreender o ato educativo como prática humana, fundado na formação para a autonomia, conforme a natureza humana. Observa-se que, a educação vista na atualidade, visa atender as demandas práticas da sociedade, por meio da técnica e transmissão de informações, cuja prioridade educacional se volta mais à produção estatística de números, deixando muitas vezes as questões políticas silenciadas. Os aspectos humanos, políticos e éticos são pouco considerados, conseqüentemente, reduzindo a prática educativa a reprodução social. À vista dessas questões, defendemos uma educação que seja possibilidade de expressão do ser humano e de sua autonomia, por meio das reflexões e proposições postas nos escritos rousseauianos, para se pensar a formação na contramão da educação instituída.

Palavras-chave: Educação; Sociedade; Autonomia; Formação; Política.

ABSTRACT

This dissertation is inscribed on the research line: Culture, School and Formation of Post Graduation in Education - PPGE, of the State University of Goiás, University of Inhumas. The present study had the pretense of accomplishing a reflection about education, politics, ethics and society, from the lecture of texts of Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), with emphasis on the work *Emile, or on the Education*. This research, of philosophical nature, allowed to comprehend the discussions and the concepts that Rousseau developed in his writings, such as: Man of Nature, Civil Man, love-of-self, piety, self-love, negative and positive education. Based on Rousseau's writings, we search to comprehend the act of education as human practice, based on formation to autonomy, according to human nature. It is observed that education seen today seeks to meet the practical demands of society, by techniques and transmission of information, which educational priority is prone to the statistical production of numbers, leaving the political issues behind. The human, political and ethical aspects are less considered, consequently reducing the educational practice to the social reproduction. In sight of such questions, we defend an education that can be a possibility of human expression and its autonomy, by means of reflection, and propositions from Rousseau's writings, to think the formation on the contrary of institutionalized education.

Keywords: Education; Society; Autonomy; Training; Politics.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, buscamos fundamentar a partir do pensamento rousseauiano uma concepção de educação que visa a formação humana, recorreremos aos escritos do filósofo genebrino Jean-Jacques-Rousseau (1712-1778), que desenvolveu uma crítica sobre a sociedade do século XVIII, seus escritos nos permitem compreender a sociedade, sua formação e uma educação que visa formar o homem segundo a natureza humana. Nesse estudo, realizamos uma reflexão sobre a formação, com vistas a compreender a realidade da sociedade em que vivemos para pensá-la e agir no sentido de compreendê-la. Constituir, a partir da teoria rousseauiana, uma investigação filosófica sobre a formação humana pautada em uma educação que abrange a sociedade, fato que representa um grande desafio, pois vai na contramão da educação da sociedade, dos colégios, em uma sociedade que tem a racionalidade técnica e a instrumentalidade como prioridade. Sob essa perspectiva de situar o pensamento rousseauiano diante das questões educacionais, éticas e políticas, possibilita-nos uma discussão sobre a formação a partir de uma fundamentação teórico-filosófica.

Sabemos que toda investigação tem como finalidade responder ou compreender a inquietação do investigador, e para se elaborar essa reflexão, no meio acadêmico, optamos por desenvolver uma pesquisa bibliográfica de cunho filosófico, que permitiu compreender as discussões e os conceitos básicos que o filósofo demonstra em seus escritos. As obras desenvolvidas por Rousseau nos permitem compreender a da formação da sociedade, do homem civil, da política e da autonomia, conceitos fundamentais para nosso estudo na defesa dos princípios éticos e políticos, que formam o cidadão para viver bem em sociedade.

A reflexão filosófica, segundo Ulhôa (1997), é uma expressão verbal, sistematicamente elaborada a partir das ideias dos homens em suas relações sociais, assim: “O filósofo não inventa a realidade, nem tampouco a imagina, pois reflete sobre ela” (p.17). Ao buscar compreender a filosofia, por meio dos textos de filósofos, não se tem o texto como realidade absoluta, mas se torna possível adentrar ao contexto e ao sentido das condições em que se elaborou o texto.

N’O *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade Entre os Homens*, Rousseau demonstra a formação hipotética da sociedade e como o homem se

corrompe no Estado Civil; na obra de *O Contrato Social*, o filósofo demonstrou uma forma para organizar a sociedade, segundo os princípios políticos, em que a ordem maior é a vontade geral; no *Emílio ou da Educação*, por meio de seu aluno hipotético, apresenta como deveria ser a formação do homem segundo princípios políticos e éticos. As obras se complementam e se faz necessária a leitura das três para melhor compreender o pensamento do filósofo. “O fato, porém, de o *Contrato Social* estar inserido no *Emílio*, em sumário, torna particularmente clara essa intenção do autor. O Contrato Social visa instruir: Rousseau se instrui por meio dele, instrui também Emílio e, ainda, todo cidadão” (ULHÔA, 1996, p.29).

No capítulo I foram abordados alguns conceitos fundantes do pensamento rousseauiano, em especial na obra “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”. Nesse texto, Rousseau faz uma retomada hipotética sobre a origem da sociedade, demonstrando a passagem do homem do Estado de Natureza ao Estado Civil. Para Rousseau há sentimentos que são constitutivos do homem: o amor-de-si, piedade e o amor-próprio. No pensamento rousseauiano o amor-de-si corresponde ao sentimento do homem natural, entre o amor-de-si e o amor-próprio encontra-se a piedade, que representa a conservação da espécie e o amor-próprio representa um sentimento do homem civil. Nesse capítulo, também discutimos sobre a formação humana como herança da tradição filosófica ocidental. Essa que se constitui primeiramente na Grécia, onde os fundamentos do pensamento filosófico, da política, da ética e a da democracia são cuidadosamente cunhados. Recorrendo à vasta bibliografia de Rousseau, especificamente, a obra *Emílio*, que nos apresenta em parte uma concepção de educação negativa, que visa primordialmente o desenvolvimento dos sentidos, órgãos e fortalecimento do corpo, para em seguida desenvolver a razão, tendo em vista a formação de um homem que consiga viver bem na sociedade. A outra crítica desenvolvida por Rousseau traz a educação positiva que defende uma formação que sobrecarrega os alunos com matérias e informação. Por meio dessa educação as crianças são conduzidas ao erro e tratadas como adultos. Em Rousseau, compreendemos que Emílio é formado pelo princípio da autonomia e da liberdade.

No capítulo II, discutimos a formação para a autonomia, visando compreender como o filósofo guia seu aluno, tendo em vista, uma formação que permita o homem bem-educado a viver na sociedade, mesmo sabendo que esta pode

corrompê-lo. Dentre os pensadores do século XVIII, Rousseau, se destaca por seu modo de pensar a sociedade, tecendo críticas a ela e ao modo de projeto utópico de sociedade e de educação. Com base no pensamento de Rousseau, o agir pedagógico tem como foco o bom desenvolvimento político, em detrimento de formar o homem que será bem-educado, iniciando essa formação pelos sentidos, para fortalecimento do seu corpo e refinamento dos sentidos. A proposta pedagógica de Rousseau relaciona o Homem Natural e o Homem Civil, para que ocorra a formação para a conquista da liberdade e da autonomia, na tentativa de aproximar o homem à sua natureza humana. Na obra do *Emílio*, pode-se perceber a preocupação do autor em esclarecer a indissociabilidade da educação e da política, no intuito de formar o homem autônomo.

Nesse sentido, recorreremos à obra *Emílio ou da Educação*, em que o preceptor sempre atento preparar seu aluno para a descoberta do conhecimento. Consideramos que a obra deve ser um referencial para a educação, pois baseia-se no diálogo e respeito ao pensamento de acordo com a natureza humana. No pensamento rousseauiano são apresentados três tipos de educação: a da natureza; a dos homens; e a educação das coisas. Desta forma, o homem bem educado para o filósofo é o que desenvolve bem as três educações, sendo que a primeira deve orientar o liame com as outras. Assim, o homem não se forma naturalmente, necessitando da orientação dos três tipos de educação. A teoria rousseauiana faz várias reflexões e demonstra concepções sobre a formação do homem, tendo como princípios a autonomia e a liberdade. Ao preceptor atribui-se a responsabilidade de apresentar caminhos e obstáculos para que seu aluno possa desenvolver primeiramente seus sentidos, seguidamente da razão e do desejo pelo saber. Sempre em uma relação de cuidado e respeito entre preceptor e aluno.

No capítulo III, foram apresentadas as concepções de ética e política, abordando sua relação com a educação. Nesse momento da pesquisa, buscamos autores, como: Henrique Lima Vaz, Terezinha Rios, Antônio Joaquim Severino, Ildeu Coêlho e Ged Guimarães, tendo como pano de fundo a concepção de ética, política e educação em Rousseau. Recorrer a esses autores não significa um afastamento do pensamento rousseauiano, mas sim continuidade. Houve uma tentativa de relacionar o pensamento dos autores aos conceitos rousseauianos, pois são autores que defendem uma formação voltada para a liberdade, a autonomia e a criticidade. Os

escritos rousseauianos em especial a obra *Emílio ou da Educação*, constitui uma obra clássica que aborda uma educação, ética e política, para o desenvolvimento da autonomia intelectual, Embora a obra tenha sido escrita há séculos, põe em questão assuntos importantes para a nossa sociedade, característica fundamental dos textos Clássicos.

Com os autores desse capítulo, realizamos uma reflexão sobre o contexto educacional e os desafios encontrados para a realização de uma educação que se fundamenta nos princípios éticos e políticos, que se encontram secundarizados em nossa sociedade. A compreensão da ética e da política inserida na dimensão docente, compreende a vida dos seres humanos constituída por meio da ação política. Dessa forma, o trabalho educativo se constitui pelas dimensões política, estética e ética. Em uma sociedade marcada pelo ensino de habilidades técnicas e domínio de informação, discutir uma prática educativa que tenha como princípio a formação ética e política, faz-se necessária. Pois, como Rousseau argumenta, a civilização e a sociedade moderna incentivam o desenvolvimento do amor-próprio egoísta e individualista ao criar desigualdades sociais e competição por recursos escassos.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM ROUSSEAU

Temos como herança da tradição filosófico-pedagógica ocidental a compreensão de educação como formação humana. Assim, defendemos que a educação é meio para a humanização, neste ideal de formação não tem como função primeira transmitir conteúdo ou capacitar para o mercado, a sua exigência se dá em formar a humanidade no ser humano. Essa ideia surge inicialmente na Grécia com os fundamentos do pensamento filosófico, da política, da ética e da democracia, especialmente, em Atenas. Dessa forma, afirma-se que para melhor compreender o assunto, é necessário conhecer a origem da formação da democracia, pois

A Grécia inventou a democracia: todos os homens adultos nascidos na *polis*¹ eram cidadãos com *isonomia* e *isegoria*, membros natos das assembleias e tribunais, e participantes da força militar que se realizava sob forma de milícia popular, isto é, dos cidadãos armados (Chauí, 2018, p. 411).

O primeiro passo foi a formação da *polis*, uma comunidade política, marcada pela organização de ideias e ações voltadas para o convívio social, em que o diálogo era a principal ferramenta da ação que era sempre política. Os membros da *polis* passaram a priorizar a vida em comunidade, a ordem social era discutida entre os cidadãos, o que gerava forte ideia de comunidade, de unidade do pensamento, ocasionando a invenção da democracia.

Como poder popular (*demos* = povo; *krathós* = poder), a democracia exige que a lei seja feita por aqueles que irão cumprila e que exprima seus direitos. nas sociedades de classe, sabemos, o povo, na qualidade de governante, não é a totalidade das classes nem da população, mas a classe dominante que se apresenta através do voto, como representante de toda a sociedade para a feitura das leis, seu cumprimento e a garantia dos direitos (Chauí, 2008, p. 69).

¹ *Polis* é a Cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a *isonomia* (igualdade perante a lei) e a *isegoria* (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar) (Chauí, 2000, p.480). *polis* e, portanto, para todos os humanos, ideal a ser observado e perseguido na formação, na educação (*paidéia*) de todos como os melhores, os excelentes. Graças a *areté* o objeto realiza a finalidade para a qual foi concebido e produzido. A tradução usual por virtude, termo que em português é bastante vago e ambíguo, é sugerida pela tradução latina de *arete* por virtus que significa força, capacidade do corpo e do espírito, vigor, coragem, virtude, mérito, perfeição moral” (COELHO, 2009, p.4).

Os gregos foram os primeiros povos a constituírem essa forma de governo, em que a prioridade era a participação, pois as decisões eram tomadas e discutidas em praça pública, o que envolvia todos os cidadãos. Por isso, a valorização à retórica² e ao discurso, quando se fala de democracia com o rigor do termo. Deram origem a política e a filosofia simultaneamente. Durante esse processo as explicações míticas que tinham o intuito de elucidar os acontecimentos, a origem das coisas, deram espaço para o nascimento da filosofia.

A filosofia, retomando as questões postas pelo mito, é uma explicação racional da origem e da ordem do mundo. A filosofia nasce como racionalização e laicização da narrativa mítica, superando-a e deixando-a como passado poético e imaginário. A origem e a ordem do mundo são, doravante, naturais. Aquilo que, no mito, eram seres divinos (Urano, Gaia, Oceano) toma-se realidade concreta e natural: céu, terra, mar. Aquilo que, no mito, aparecia como geração divina do tempo primordial surge, na filosofia, como geração natural dos elementos naturais (Chauí, 2000, p,37).

O princípio político surge a partir dos guerreiros que sempre antes e depois do combate se reuniam em assembleia e todos tinham o direito de expor sua opinião, com o intuito de propor estratégias e táticas, acontecimento que era conhecido como *doxa*³. Da assembleia dos guerreiros surge a *polis*, uma espécie de cidade que era governada por um sistema democrático, em que o povo tomava as decisões. No decorrer desse acontecimento, houve um grande avanço intelectual do povo grego, surgindo a preocupação com a formação e a educação.

Os fundamentos da educação grega a formação dos cidadãos é denominado a *Arete*⁴ que remete a referência de formação dos tempos mais antigos

² Os antigos, sobretudo os romanos, desenvolveram uma arte chamada eloquência ou retórica, destinada a persuadir e a criar emoções nos ouvintes, através do uso belo e eficaz da linguagem. No aprendizado dessa arte, consideravam a memória indispensável, não só porque o bom orador (poeta, político, advogado) era aquele que falava ou pronunciava longos discursos sem ler e sem se apoiar em anotações, como também porque o bom orador era aquele que aprendia de cor as regras fundamentais da eloquência ou oratória. (Chauí, 2000, p.160)

³ A *doxa* pertence ao vocabulário político da decisão. Como, porém, a decisão política é tomada na assembleia, aquele que fala para fazer com que sua opinião e escolha sejam a decisão de todos, fala para persuadir os outros.

⁴ *Arete*, és – s. f. – força, capacidade, aptidão, excelência corporal, intelectual, psíquica, moral, política e artística, virtude, qualidade, mérito, perfeição, nobreza, valor que faz do indivíduo um excelente cidadão, colocando-o num patamar de excelência corporal, intelectual, psíquica, ética, moral, política, artística. O termo refere-se, pois, aos traços de caráter que destacam positivamente um indivíduo diante dos demais, a uma certa qualidade presente no homem, àquilo que constitui um ideal de excelência para os membros da polis e, portanto, para todos os humanos, ideal a ser observado e perseguido na formação, na educação (*paidéia*) de todos como os melhores, os excelentes. Graças a *areté* o objeto realiza a finalidade para a qual foi concebido e produzido. A tradução usual por virtude, termo que em português é bastante vago e ambíguo, é sugerida pela tradução latina de *areté* por *virtus* que significa força, capacidade do corpo e do e do espírito, vigor, coragem, virtude, mérito, perfeição moral” (Coêlho, 2009, p.4).

da história da Grécia e posteriormente Paidéia⁵, que surge apenas no século V a.C. Neste sentido, a Paidéia refere-se à concepção de educação e formação da Grécia que representava uma formação integral, interrogativa e reconhecia a necessidade da formação do ser humano pensante e crítico, para exercer a plena cidadania. Ao discutir a educação que visa a formação integral do homem para conviver em sociedade, deve-se conhecer sua origem. Como já abordado, a educação baseada nos princípios democráticos pode ser debatida a partir da *paidéia* dos gregos, os quais buscavam uma formação política e ética, comprometida em formar o sujeito para viver *polis*. A *paidéia* significa também cultura, pois não se refere a uma técnica em que a criança se prepara para se tornar, tornar homem, mas representa o fruto de um esforço educativo que se estende por toda a vida do homem. “A *paidéia* não se restringe a uma técnica educativa, muito menos à formação para a realização de um ofício (atividade profissional). Ela é entendida como exercício em direção à virtude e excelência para a realização de um ideal de ser humano (Zatti, Sidenei, 2022, p.25) A formação era direcionada para vida pública e visa desenvolver o pensamento.

Em detrimento desta preocupação com a formação do homem surgem vários filósofos e pensadores que dão continuidade a essa referência de formação preocupada com a sociedade e a condição humana, respeitando as peculiaridades de sua época. Jean-Jacques Rousseau, filósofo moderno e crítico a respeito da educação, sociedade, e sua formação, seus escritos compõem a vasta biografia de autores preocupados em compreender a sociedade e modo de conduzir o trabalho educativo, por esse motivo foi feita uma breve retomada ao princípio de educação na antiguidade, para em seguida realizarmos um estudo sobre escritos do filósofo.

Jean Jacques Rousseau foi um pensador genebrino do século XVIII, autor de obras importantes para a compreensão da sociedade e sua formação, tais como *Emílio ou da Educação* (1995) e *Do Contrato Social* (1978). Pode-se compreender como texto clássico “[...] aquilo que é universal e pendurado ao longo do tempo” (Dalbosco, 2011, p. 14). Os escritos de Rousseau, em especial “Emílio ou da Educação”, representam uma das obras clássicas da história da pedagogia que contribuem para se pensar e refletir sobre o trabalho pedagógico. Quando

⁵ Em sua raiz etimológica, *paideia* significa “criação de meninos” (*paidós* = criança, *infans*). Entretanto, em seu florescimento, a partir do século IV a.C., passa a ser entendida como o ideal de formação geral cujo objetivo é fazer o homem enquanto homem e enquanto cidadão, isto é, objetiva a formação integral do homem para a vida em comunidade. Zatti, Euzebio, 2022, p.23)

mencionamos a relação da obra clássica com os inscritos rousseauianos, cabe aqui ressaltar a importância de se ler, estudar e realizar uma reflexão filosófica sobre os textos clássicos e a realidade educacional, pois nos permite ver a sociedade, política e educação com um novo olhar, mais crítico e com novos conhecimentos. Definir e explicar o que seria um texto clássico resulta em um desafio, uma vez que compreender por que uma obra ou uma produção cultural é reconhecida como clássica, demanda tempo e dedicação. Para aproximarmos de uma compreensão Dalbosco (2011) nos apresenta uma definição provisória pouco satisfatória que seria o clássico aquele que possui caráter universal⁶ e perdura ao longo do tempo⁷.

Ao realizar a leitura do *Emílio ou da Educação* é possível por meio de seu conteúdo, tecer reflexões para nossa sociedade, por sua capacidade perdurar ao longo do tempo. Embora tenha sido escrito no século XVIII, causa a sensação de que seus ensinamentos e reflexões foram escritos para sociedade do século XXI. A esse respeito, Dalbosco (2001) destaca:

Ao clássico liga-se uma potencialidade infinita de transportar cada um, no caso, o leitor e intérprete, para um mundo imaginário, o qual apesar de ser imaginário ou exatamente por sê-lo, exerce uma forma surpreendente sobre o leitor, tornando-o capaz de enfrentar, pela energia espiritual (intelectual) nele desperta, as situações existenciais, concretas e dramáticas em que vive (Dalbosco, 2011, p. 14)

Os textos clássicos contribuem para a compreensão da formação humana, pois dentre outras possibilidades, permitem que se tenha contato com produções culturais passadas. Por conseguinte, é capaz de abordar adversidades sociais e culturais, que se ligam à condição humana. A universalidade presente em um texto clássico permite ao leitor uma fonte inesgotável de descobertas, uma vez que a cada leitura é possível identificar um novo conteúdo.

⁶ Sua universalidade significa que seu conteúdo é capaz de sensibilizar e tocar qualquer um, independentemente da cor, do sexo da nacionalidade e do grupo social.

⁷ O texto "eterniza-se" porque é capaz de provocar em cada leitor aquela sensação de identificação autêntica com a temática abordada. Final é justamente dessa forma que seu conteúdo perdura através do tempo. Ao lermos e relermos *Émile* de Rousseau, por exemplo, somos surpreendidos a cada leitura pela novidade e a atualidade de seu conteúdo.

Na obra *O discurso sobre as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1978), Rousseau faz uma retomada hipotética à origem da sociedade, apresentando a sociabilidade humana como declínio da espécie, instituindo a passagem do homem em seu Estado de Natureza para o Estado Civil. O homem, no estado da natureza, busca a subsistência e a sobrevivência, não há cuidado com a convivência e nesse estado fica claro que o homem não pode ser bom e nem mal, ou haver moralidade, pois a partir desta, surgirá as relações civis. O homem se nutre dos alimentos que a natureza oferece e consegue encontrar sua subsistência mais facilmente do que qualquer outro animal. É habituado, desde a infância, a lutar pela sobrevivência, tendo vista que enfrenta as intempéries, as mudanças rigorosas das estações e são obrigados a defender a vida sem armas. A natureza faz com que, precisamente, tornem-se fortes e robustos, por serem forçados a desenvolver seus membros, sendo o seu corpo, o único instrumento que conhece.

Durante o processo de descrição sobre o processo que o homem passa, no Estado de Natureza ao Estado Civil, Rousseau apresenta dois sentimentos que são por ele considerado como constitutivo do homem, sendo o amor-de-si e o amor-próprio, o primeiro o amor-de-si corresponde a um sentimento do homem natural sendo relacionado com suas necessidades naturais, que faltam à conservação. Um sentimento de acordo com a ordem das coisas não sendo presente nesse estado a preocupação de bem ou mal. O amor-de-si presente no Estado de natureza, ocorre por meio da luta pela conservação, não ultrapassando suas necessidades físicas.

Em resumo, o homem natural originário é determinado pelo seu amor-de-si, um sentimento que orienta a sua vontade para cuidar da conservação de seu corpo. Voltado para essa autoconservação, ele é completamente independente da vontade dos outros, pois obtém autarquicamente os objetos de suas necessidades. Isso significa dizer que não há intercâmbio social, uma vez que o homem primitivo (selvagem) permanece fechado, bastando-se a si mesmo (Dalbosco, 2011, p.37).

Entre o amor-de-si o amor-próprio encontra-se a piedade que representa a conservação da espécie, enquanto o amor de si representa a auto concepção. A piedade é uma bondade natural que o homem se preocupa em proteger o próximo, “certo, pois a piedade representa um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a ação do amor de si mesmo, concorre para a conservação da espécie”

(Rousseau, 1978, p. 254). Sendo que a piedade faz com que o homem sem pensar ou refletir socorra aquele que está sofrendo, no Estado de Natureza é como se fosse as leis.

Por isso, tal sentimento projeta o homem social para uma condição corrupta e perversa, porque a busca de tal superação ocorre à custa dos outros. Trata-se de um amor fundamentalmente egoísta, voltado para si mesma, que coloca o homem particular no centro de tudo e de todos. Dessa maneira, já que é a fonte de perversidade e sofrimentos pessoais e da corrupção social, o amor-próprio representa a tendência agressiva de controlar os outros, impedindo seu crescimento (Dalbosco, 2011, p.38).

Por meio da socialização, ocorre a ampliação das necessidades e relações, desenvolvendo assim o amor-próprio, resultado da comparação, egoísmo e teatralização. Tais fatos decorrem das necessidades artificiais. Por isso que a passagem da bondade natural ao egoísmo, resulta na defesa de Rousseau que, o homem no Estado de Natureza é bom e no Estado Civil ele se corrompe. No Estado Civil, o homem se afasta da natureza e de si mesmo. Sendo o amor-próprio, um sentimento do homem civil, que leva a pensar mais em si do que nos outros, os interesses próprios sempre estão acima do bem comum, tornando-se, um amor egoísta. Nessa ordem, dá-se a passagem do amor-de-si para o amor-próprio e a bondade natural em egoísmo. Assim, Rousseau afirma que:

Todas as nossas faculdades desenvolvidas, a memória e a imaginação em ação, o amor-próprio interessado, a razão em atividade, alcançando o espírito quase que o termo de perfectibilidade de que é suscetível. Aí estão todas as qualidades naturais postas em ação, estabelecidos a posição e o destino de cada homem, não somente quanto à quantidade dos bens e o poder de servir ou de ofender, mas também quanto ao espírito, à beleza, à força e à habilidade, quanto aos méritos e aos talentos e, sendo tais qualidades as únicas que poderiam merecer consideração, precisou-se desde logo tê-las ou afetar possuí-las. (Rousseau, 1978, p. 267).

Nessa citação, Rousseau faz a descrição de algumas características do homem selvagem em comparação com o homem civil, com o intuito de mostrar que o homem na natureza não sente necessidade de se relacionar com outro por muito tempo, somente para suprir suas necessidades, a representação do amor-de-si, o que pode ser percebido na citação: “Os únicos bens que conhece no universo são a

alimentação, uma fêmea e o repouso; os únicos males que teme, a dor e a fome” (Rousseau, 1978, p. 244).

Os primeiros processos se fazem presentes por meio das dificuldades encontradas na natureza. O homem desenvolve armas naturais, assim, consegue se adaptar e permanecer mais tempo em um local. Começa a construir choupanas para não ter que mudar de um local para outro, o que acarreta a formação de grupos, sendo estas as primeiras formas de sociedade. No movimento, surge a instituição da propriedade privada que, conforme Rousseau, seria uma das grandes desigualdades.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro homem que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer, isto é, *meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém’ (Rousseau, 1978, p. 259).

Tais fatos geram no homem o desejo de possuir e acumular riqueza, que não são para sua subsistência. Esse foi o primeiro efeito da propriedade e desigualdade que causou conflitos de interesses entre os homens. Neste sentido, decorrente de novas necessidades que surgem, o homem que dependia da natureza e de seus semelhantes, torna-se escravo, mesmo sendo senhor, pois tem a necessidade dos serviços de seus semelhantes. Assim, depara-se em meio a uma ambição devoradora, que tende à acumulação de bens, não por necessidade, mas para se colocar em posição superior aos outros, sendo inclinados a se prejudicarem, motivados pela inveja, rivalidade e pela oposição de interesses.

Antes de ter representações de riquezas, referia-se ao acúmulo de propriedade e de animais, sendo estes os bens que possuía. “Assim as usurpações dos ricos, as extorsões dos pobres, as paixões desenfreadas de todos abafando a piedade natural e a voz ainda fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus” (Rousseau, 1978, p. 268). Destarte, a sociedade nasce em estado de conflito e, não podendo renunciar às aquisições do processo, ficou às portas da ruína. As

sociedades foram se expandindo por toda parte, tornando o direito civil uma regra comum entre os cidadãos e o governo não tinha uma forma constante e regular.

Diante desse contexto, leva-nos a reflexão para compreender uma maneira de educar as novas gerações para que a sociabilidade não se corrompa, uma formação que se inicia desde o nascimento e se estende por toda a vida. Rousseau com sua obra, *Emílio ou da Educação* (1995), apresenta seu projeto pedagógico que nos auxilia para tecer essa reflexão, com seu aluno Emílio que é educado para viver numa sociedade corrompida, partindo de pressupostos de que faz parte da sua formação não ser seduzido pelas corrupções, mas provocar dúvidas e inquietações.

Emílio foi educado com princípios de liberdade conforme a natureza, não importa a profissão que Emílio irá seguir, o importante é que lhe ensinará a viver e ser homem. Diante disso, compreende-se que a autonomia, segundo Rousseau, dá-se por meios da alienação da vontade individual à vontade geral⁸, ou seja, baseia-se na questão de saber o que deseja e compreender quais os limites e possibilidades de suas ações. Assim, Rousseau (1978, p. 15) acredita “Que destine meu aluno à carreira militar, eclesiástica ou à advocacia, pouco me importa. Antes da vocação dos pais, a vocação chama-o para a vida humana”, especificando como o princípio da formação do homem não está focado em executar funções específicas impostas pela sociedade, pois antes de ser um profissional, primeiro é humano. Rousseau destaca que não importa a profissão que seu aluno (Emílio) irá seguir, antes de tudo, ele o ensinará a viver.

A educação deve evitar que as paixões humanas⁹, como a vaidade, o egoísmo e a riqueza corrompam o homem, levando-o à ruína, uma vez que: “Nosso

⁸ [...] eis a prova de que a igualdade de direito e a noção de justiça, por aquela determinada, derivam da preferência que cada um tem por si mesmo, e conseqüentemente, da natureza do homem; a prova de que a vontade geral, deve sê-lo tanto no objeto quanto na essência; a prova de que essa vontade deve partir de todos para aplicar-se a todos, e de que perde sua explicação natural quando tende a algum objetivo individual e determinado, porque então, julgando aquilo que nos é estranho, não temos qualquer princípio de equidade para guiar-nos” (Rousseau, 1978, p.49).

⁹ Apesar do que dizemos moralistas, o entendimento humano muito deve às paixões, que segundo uma opinião geral, lhe devem também muito. É pela sua atividade que nossa razão se aperfeiçoa; só procuramos conhecer porque desejamos usufruir e é impossível conceber porque aquele, que não tem desejos ou temores, dar-se-ia a pena de raciocinar. As paixões, por sua vez, encontram sua origem em nossas necessidades e o seu progresso em nossos conhecimentos, pois só se pode desejar ou temer as coisas que segundo as ideias que delas se possam fazer ou pelo simples impulso da natureza (Rousseau, 1978, p.244). Desta maneira como afirmado por Rousseau as paixões originam-se em nossas necessidades, no Estado de Natureza, o homem possui paixões boas, pois as suas necessidades se resume em sua conservação, mas no Estado Civil, as necessidades do homem são

verdadeiro estudo é o da condição humana. Aquele de nós que melhor soube suportar os bens e os males desta vida é, para mim, o mais bem educado” (Rousseau, 1995, p. 15). Sendo assim, entende-se que é necessário formar o homem para que ele encontre o equilíbrio entre o desejo e a necessidade. Na perspectiva de Rousseau, a criança necessita de um mestre para orientá-la, uma vez que: “Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência” (Rousseau, 1995. p. 08).. Assim, o autor atribui singular importância ao preceptor por este ser aquele que conduz seu discípulo à aprendizagem. Se o mestre é aquele que se movimenta em direção ao saber, juntamente com seu aluno, esse movimento se torna intelectual e teórico, o que ressalta a importância de os alunos serem desafiados a superarem a si mesmos.

O mestre que se forma ao ler Rousseau reconhece a importância de bem conduzir o aluno em direção ao saber, à cultura, à ética e aos valores da vida privada e coletiva. O compromisso desse educador é formar homens que saibam refletir e agir com virtude e bondade, que saibam manter-se em seu lugar diante dos intemperes da existência, e que ao mesmo tempo sejam capazes de compartilhar a fraternidade e a justiça (Almeida, Guimarães, Silva, p.291).

Rousseau é o mestre de Emílio, cuja função é demonstrar ao leitor como deve ocorrer a formação do homem para viver em sociedade, a fim de desenvolver primordialmente seus sentidos, para depois avultar a razão, resultando na formação do homem autônomo, em contato com a natureza e que não se corrompe pela sociedade. Compreende-se, portanto, que ensinar a viver é o que deseja ensinar à Emílio, pois, uma vez que saia da presença do mestre, será primeiramente homem, como se deve ser, mesmo se exposto em situações que possam o corromper, continuará no mesmo lugar, como parte da sociedade, que sabe das suas necessidades e desejos e, mesmo em meio às adversidades, consegue se expressar sendo crítico e tomar as próprias decisões.

De todas as faculdades do homem, a razão, que não é, por assim dizer, senão um composto de todas as outras, é a que se desenvolve mais dificilmente e mais tarde. E é dessa que se querem servir para

artificiais, desta maneira paixões ruins que levam a sua corrupção, por isso deve-se evita-las, pois influenciam no processo de comparações, egoísmos e leva o homem a desejar mais do que necessita.

desenvolver as primeiras! A obra prima de uma boa educação está em fazer um homem razoável: e que pretende-se educar uma criança pela razão! É começar pelo fim, é querer fazer instrumento com a obra (Rousseau, 1995, p. 74).

A educação negativa, defendida por Rousseau vai na contramão da educação instituída a chamada educação positiva que em seu processo enche a cabeça das crianças de informações, querendo que elas compreendam e formam conceitos em uma fase que elas não têm condições de raciocinar sobre eles, por meio desta educação as crianças são tratadas como adultos, não se compreende a natureza e o tempo da criança sendo tratada de forma insensível. “A educação que se elabora na modernidade se preocupa desde muito cedo com a formação do intelecto, do homem racional capaz de melhor aproveitar seu tempo atendendo aos seus interesses do modo eficiente e utilitarista” (Sales, 2017, p.100).

Neste sentido, a educação positiva sobrecarrega as crianças com conteúdo, recorrendo a aulas, informações e matérias. Não tem a intenção de ensinar a virtude e os sentidos, esse processo educacional vai contra a natureza do homem. Se dedicando a ganhar tempo e acumular o máximo de informações, faz com que as crianças e jovens passem longos anos em instituições de ensino encarceradas, para que por meio de atividades repetitivas desenvolvem a memória no final dessa longa trajetória não se lembrarem do que foi ensinado em seus primeiros anos escolares.

Mais importante do que adquirir conhecimento sobre o mundo é conhecer a si mesmo, os próprios limites e possibilidades, distinguir o que é a esfera da razão do que é o campo dos sentimentos, ordenar as paixões de acordo com a razoabilidade e cumprir o dever segundo paradigma do bem e da justiça (Sales, 2017, p.106).

Para Rousseau o homem começa a existir sentindo e não pensando. Essa seria a ordem da natureza e dessa maneira deve ser conduzida a formação da criança, sendo esse processo de formação contra à educação instituída, pois na educação positiva forma a criança para ser adulta antes de ser criança, sem que viva sua infância e desenvolva primeiro seus sentidos e fortaleça seu corpo. A ênfase na educação negativa se dá em favor do fortalecimento do corpo e aprimoramento dos sentidos, provoca a reflexão sobre a importância da criança de se desenvolver bem nessa fase, para que ela seja capaz de progredir no convívio social e na formação moral.

A educação primeira deve portanto ser puramente negativa. Ela consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro. Se pudésseis conduzir vosso aluno são e robusto até a idade dos doze anos, sem que ele soubesse distinguir sua mão direita de sua mão esquerda, logo às vossas primeiras lições os olhos de seu entendimento se abririam para a razão. Sem preconceitos, sem hábitos, nada teria ele em si que pudesse contrariar o resultado de vossos cuidados. Logo ele se tornaria, em vossas mãos, o mais sensato dos homens, e começando por nada fazer, tereis feito um prodígio de educação (Rousseau, 1995 p.80).

Nessa perspectiva, o corpo e os sentidos bem desenvolvidos são condições essenciais para o progresso moral e racional do aluno, sem os quais, segundo o pensamento de Rousseau, não seria possível uma boa educação. O autor desenvolveu seu pensamento sobre a educação com base na defesa de que o homem não é mau por natureza, é a sociedade que o corrompe. Para isso, cria Emílio, sendo seu preceptor, do nascimento à vida adulta. Por meio da concepção de educação negativa o aluno aprenderá segundo os ensinamentos da natureza. Rousseau pretende evitar que seu aluno se corrompa com os vícios desde cedo, para aproximá-lo o máximo possível da felicidade no Estado de Natureza. Antes das aprendizagens sistematizadas, faz-se necessário que o corpo esteja fortalecido e os sentidos refinados, isso será possível que aconteça se houver contato com a natureza.

A educação dos sentidos deve dedicar-se a compreender e aprender a utilizá-los em todas as extensões, ampliando a capacidade de percepção, olhar para si mesmo e para as coisas, ver com naturalidade as coisas, para tornar-se ativo, sensível e pensante. Para Rousseau é necessário que ocorra a formação racional, mas defende a formação começa necessariamente pelos sentidos, do lado sensível e fortalecimento do corpo, somente assim a formação levará a criança a esse fim segurança, tornando-a dona de seu raciocínio e de suas ações, sendo possível desenvolver a razão e os sentidos. Com a educação negativa, também conhecida como educação natural, visa, primeiramente, a formação dos sentidos ou desenvolvimento sensório-motor, fase que vai do nascimento até a segunda infância e que:

consiste em preservar a criança do erro, para que possa julgar somente após ter aprendido a sentir e sabendo por si mesma o que cada coisa significa, não porque alguém lhe disse, mas porque seu espírito curioso e investigativo foi capaz de apreender. Educar os sentidos é aprender a sentir o mundo, conhecer as coisas, as pessoas e a si mesmo a partir do que se sente; é desenvolver a linguagem do sentimento que está na natureza humana e somente após sucessivos progressos, formar capacidade de julgar o bom, o belo e o justo, encontrando em si mesmo os princípios da virtude e da justiça que estão postos em sua consciência, em seu ser autêntico e original (Sales, 2017, p. 29).

Assim, Rousseau defende que a educação negativa visa a formação em conformidade com a natureza, com o intuito de evitar que os vícios conduzam seu aluno a corrupção, sendo educado de acordo com do Estado de Natureza. Apresenta-se como uma formação que vai contra a já instituída. A educação negativa transcende o exterior, tendo como base a formação moral, que forma o aluno consciente de seus valores.

Na educação moral ocorre a passagem da dependência para a independência. Como abordado, a criança nasce dependente de cuidados e proteção e sem isso não sobrevive. O desafio da fase de dependência se dá por “saber como o adulto pode atender a tais necessidades, sem escravizar a criança e sem se deixar por ela ser escravizado” (Dalbosco, 2011, p. 34). A educação moral só se desenvolve por meio da sociabilidade, o que acaba se tornando um desafio. Rousseau, com sua crítica, principalmente na obra sobre a origem das desigualdades, enfatiza como a socialização pode corromper e tornar o homem artificial.

Esses cuidados devem ser tomados de maneira que a criança desenvolva sua autonomia, pois se o adulto oferecer tudo que a criança desejar, ele contribuirá para ampliar os desejos dessa criança, que poderá, assim, perder a noção dos limites. O projeto de educação desenvolvido por Rousseau dá-se por meio da educação natural e da educação social, sendo cada uma dessas com suas peculiaridades, uma vez que:

Tal concepção remete-nos para a conclusão de que a meta da educação moral é formar um homem capaz de julgar e agir coerentemente, pois isso lhe daria credencial para criticar os aspectos corruptos e viciados das relações humanas e da ordem social, mais ampla (Dalbosco, 2011, p. 36).

Desta maneira, Emílio apresenta duas fases importantes, sendo a infância e a vida adulta, atribuindo às crianças, traços do homem natural, acompanhado pelo sentimento do amor-de-si e o adulto, inevitavelmente, inserido na sociabilidade, acompanhado do amor-próprio. Já a formação moral ocorre por meio da socialização, na qual a responsabilidade pedagógica se ocupa de realizar a transição do amor-próprio para a responsabilidade moral com o outro, sendo necessário retomar o aspecto piedoso e reflexivo do amor-de-si.

Rousseau inicia o desenvolvimento do Contrato como uma suposição e não uma afirmação, o que se entende que, quando o Estado de Natureza não é suficiente para se manter, os homens precisam encontrar uma outra forma de organização para não perecer em seu estado primitivo. A melhor solução é unir as forças já existentes e para que isto ocorra, a solução está no Contrato Social, que inspira a liberdade social. Trata de como poderia ter surgido o início do governo, acreditando ser por meio do poder do mais forte, que nesse aspecto, torna ilegítimo esse tipo de governo, levando à desigualdade. Tendo em vista que o corpo político é um Contrato entre o povo e os chefes, em que as duas partes assumem o papel de cidadãos, cumprindo as leis e unindo-se na busca de um objetivo em comum, descreve Rousseau, no texto *Do Contrato Social*:

As cláusulas desse contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato, que a menor modificação as tornaria vãs e de nenhum efeito, de modo que embora talvez jamais enunciadas de maneira formal, são as mesmas em toda a parte, e taticamente mantidas e reconhecidas em todos os lugares, até quando, violando-se o pacto social, cada uma volta a seus primeiros direitos e retorna a sua liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual renunciaria aquela (Rousseau, 1978, p. 32).

A passagem do homem do Estado de Natureza para o Estado Civil, causa uma mudança evidente, pois este deixa de agir pelo instinto de justiça e passa a dar

às suas ações a moralidade. Até aí, o homem só levava em consideração a pessoa e a força; agora, seu agir será baseado em outros princípios que o levam a consultar a razão antes de ouvir seus impulsos. Sendo assim, o que o homem perde pelo Contrato Social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que poderá alcançar. “O que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo quanto aventura e pode alcançar” (Rousseau, 1978, p. 36). A liberdade natural identifica os limites nas forças do homem e a liberdade civil se limita pela vontade geral. O governo, segundo os princípios de Rousseau, para ser legítimo, deve fundar-se na soberania do povo. Assim, o governo democrático ocorre quando houver a unidade entre os membros do corpo político, para formar o Estado. Essa forma de governo exige das partes envolvidas, clareza e transparência, não podendo a vontade particular falar mais alto do que a vontade geral.

O Contrato Social não refere-se a retornar ao Estado de Natureza, mas apresenta uma possível forma de organização da sociedade, sendo ela baseada nos princípios da vontade geral das leis, viabilizando a ideia de que o homem deixará de desfrutar da liberdade natural e passará a se orientar pela liberdade social, que se torna possível com o pacto social. Ulhôa (1996, p. 38) corrobora com essa ideia, ao citar “A liberdade para ele, é direito fundamental, presente em todos os passos de seu discurso político”. O Contrato Social se faz presente no *Emílio*, na maneira em que pretende formar seu aluno para viver na sociedade, tendo sua liberdade e autonomia. A pedagogia defendida busca desenvolver a autenticidade, a autonomia e a moral; a educação desenvolve primeiro os sentidos e, em seguida, a educação da razão.

CAPÍTULO II

PENSANDO A FORMAÇÃO PARA A AUTONOMIA A PARTIR DA EDUCAÇÃO DO EMÍLIO

No *Emílio*, Rousseau apresenta os princípios políticos, de modo a fazer entender como deveria ser fundada uma sociedade, em que os homens seriam verdadeiros cidadãos e a cidade seria governada pela vontade geral. Desta maneira, a soberania é a vontade geral, como o interesse que há em comum em todas as vontades individuais. Assim sendo, não se pode alienar, pois o homem é um ser coletivo, que só pode ser representado por ele mesmo. Da mesma forma que não é inalienável, a soberania também não é divisível, por se tratar de algo legítimo, quando há a concordância de todos os que fazem parte do corpo político. Assim, um ato de soberania não é um acordo entre o inferior e o chefe, mas sim, um compromisso do corpo com todos os seus membros. Os súditos, enquanto tiverem este compromisso com o povo, não estará obedecendo a outro, a não ser sua própria vontade. Acerca disto, Rousseau enfatiza que “Assim como a natureza dá a cada homem o poder absoluto sobre todos os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um saber absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, ganha como já disse, o nome de soberania” (Rousseau, 1978, p. 48).

Para se formar a lei, deve ser considerado dois princípios que precisam estar de acordo. De um lado, o soberano, que estatui a lei e do outro, os súditos, que a obedecem e deixam claro que o soberano e os súditos são aqueles que formam o corpo político. Assim, entende-se que todo Estado é regido por leis, em que há defesa do interesse público, uma vez que, “As leis não são, propriamente, mais do que as condições da associação civil. O povo, submetido às leis, deve ser o seu autor. Só aqueles que se associam cabe regulamentar as condições da sociedade” (Rousseau, 1978, p. 55)

O corpo político, como o do homem desde que nasce, tende a destruir-se. Apresenta duas vias que o Governo pode se degenerar, ao se contrair ou ao se dissolver. O Governo se contrai quando passa de grande para pequeno, como a democracia passa a aristocracia e da aristocracia para a monarquia. O Governo se dissolve quando não é governado de acordo com as leis e há tomada do poder do

soberano. Rousseau (1978, p. 102) faz uma comparação do corpo político com os órgãos humanos. Ainda, compara-se o poder legislativo com o coração e o poder executivo com o cérebro. Essa comparação do Estado ao funcionamento biológico do corpo nos ajuda a compreender a formação e organização social o poder legislativo comparado ao coração representou o povo, pois são eles os responsáveis pela elaboração das leis fruto da vontade geral, ou seja, o povo é o coração do governo pois o poder executivo age de acordo com as leis que são ordem da vontade geral por esse fato O poder executivo representou o cérebro que funciona somente se o coração estiver ativo. “O estado de forma alguma subsiste pelas leis, mas sim pelo poder legislativo” (Rousseau, 1978, p.103). As leis são a representação da vontade geral.

Com o pacto social, exige-se o consentimento unânime, tendo em vista que “Todo homem, tendo nascido livre e senhor de si mesmo, ninguém pode, a nenhum pretexto imaginável, sujeitá-lo sem seu consentimento. Afirmar que o filho de um escravo nasce escravo é afirmar que não nasce homem” (Rousseau, 1978, p. 120), o cidadão é quem aprova todas as leis, por meio do sufrágio, a vontade contínua de todos os membros do Estado, o que resulta na vontade geral e é por meio dela que os membros se tornam cidadãos livres.

[...] torna-se evidente que, para Rousseau, que a formação moral ideal do homem depende de um conceito de natureza que é contrabalançado com um conceito de sociedade. Esse é um dos mais problemáticos paradoxos de seu pensamento, pois a educação de Emílio precisa ser mediada com seu confronto com o mundo social, que representa a aparência e dissimulação, e com o mundo do ser que a natureza como esfera da bondade (Dalbosco, 2011, p. 127-128)

Rousseau defende a ideia de que a formação da sociedade, de acordo com sua versão hipotética da evolução do homem, tornou-se a fonte dos males humanos, compreendendo que, quanto mais sofisticada a sociedade, mais ela tende a ser hipócrita e contrária à natureza. Sobre esta crítica à sofisticação da sociedade, é possível recorrer ao *Discurso Sobre as Ciências e as Artes* (1750), que foi escrito por Jean-Jacques Rousseau em resposta à questão da academia de *Dijon*. Foi a primeira obra escrita sobre sua filosofia social, com o seguinte tema: O restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes?

O discurso surgiu no período iluminista, em que houve a retomada das ciências, das artes e da razão. Após o Antigo Regime, os pensadores da época tendiam a responder à questão positivamente, ao contrário de Rousseau, que respondeu negativamente. Iniciou o discurso com elogios ao restabelecimento das ciências e das artes, porém, ao longo do seu texto, mostra que a forma em que aconteceu o restabelecimento destas áreas, contribuiu para que o homem se corrompesse, desenvolvendo os vícios, como o luxo e a vaidade. Aponta, desta forma, que as ciências e as artes levaram algumas civilizações à ruína e menciona as civilizações que começaram a dedicar somente ao avanço destas e esqueceram das outras atividades, o que acarretou na própria destruição, como ocorreu com a Grécia.

Segundo Rousseau (1976, p. 337), “[...] a depravação é real, e nossas almas se corrompem à medida que nossas ciências e nossas artes avançam no sentido da perfeição.” Dessa forma, compreende-se que as ciências e as artes corrompem os homens por meio da busca pela perfeição, desencadeando os vícios, o luxo, a vaidade, entre outros. Não significa exatamente que as ciências e as artes corromperam o homem, mas sim corromperam o desenvolvimento do conflito entre a sociedade moderna e o Estado de Natureza do homem. Rousseau (1978, p. 34) aborda, em seu discurso, que o avanço das ciências e das artes sempre esteve acompanhado da depravação e da corrupção do homem, pois, “Se a cultura das ciências é prejudicial às qualidades guerreiras, ainda o é mais às qualidades morais”. Nessa situação, percebe-se que o avanço das ciências e das artes é ainda mais prejudicial às qualidades morais.

A democracia, como abordada por Chauí, ultrapassa a simples ideia de regime democrático, pois proporciona a formação de direito à participação das decisões, no qual todos podem e devem participar, opinar e decidir. Nesse sentido, a política deixa de ser uma questão técnica, passando a ser uma ação coletiva, que define os direitos e interesses da sociedade. Ou seja, a sociedade em si, está em constante ampliação da cidadania.

A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e à criação de novos direitos. Eis por que podemos afirmar, em primeiro lugar, que a democracia é a única sociedade e o único regime político

que considera o conflito legítimo. O conflito não é obstáculo; é a constituição mesma do processo democrático. Essa talvez seja uma das maiores originalidades da democracia (Chauí, 2018, p. 416).

A sociedade contemporânea se concentra na valorização individualista, assim, o homem não reconhece o outro em suas ações, passa a viver em concordância com as regras do mercado e da mídia. Neste contexto, a educação perde o seu sentido de formação integral do homem para participar ativamente da sociedade e se torna uma educação voltada para o mercado e para a formação técnica. Compreende-se que os determinantes de uma educação de qualidade estão relacionados a dados, números e estáticas, ou seja, quanto maiores forem estes, melhor. A educação contemporânea enfrenta grandes desafios para sua efetivação como emancipadora, pois há a prevalência da ideologia economicista e mercadológica, que prima uma formação superficial e técnica. Essa formação visa a capacitação da mão de obra, atendendo ao mercado de trabalho competitivo, que somente prepara para uma vida de consumo. Dessa forma, o alcance da educação emancipadora deve ser pautado por diálogo e reflexão, uma vez que essa é regida por princípios democráticos.

A concretização dos direitos, em especial, o direito à educação, deve ir ao encontro da construção de um projeto político que transforme a sociedade, tendo em vista a formação da autonomia social e individual, negando a reprodução social. A formação do homem precisa da autonomia e não da assimilação passiva de conhecimento. A educação, nessa perspectiva, deve criar práticas que propiciem o desenvolvimento da autonomia e da participação efetiva da sociedade, com o propósito de despertar no homem o senso crítico da não aceitação das ideologias impostas, propondo novas formas de participação cidadã e de entendimento das relações de poder. O ato de educar vai além da instrumentalização, uma vez que trata da formação de seres humanos, em busca de conquistar a autonomia, visando sempre a sabedoria.

Educar tem como finalidade a formação de seres humanos, em suas complexas relações sociopolíticas, culturais e educativas, bem como a emancipação humana, haja vista que aspira o afastamento dos preconceitos, do senso comum, da banalização e superficialidade dos saberes. Essa formação deve, ainda, questionar

as leis que determinam interesses particulares, contribuindo para a participação política efetiva, inseparável da formação autônoma e integral do homem.

O mundo tutelado é aquele que sempre tem um superior, responsável pelas decisões que deveriam ser públicas e não responsabilidade particular. Aprender a não ser tutelado é se negar à manipulação, sendo um ato fundamental, social e político. Pensar a relação entre a educação e a sociedade, oportuniza considerar a capacidade de uma sociedade para criar ou contribuir para a transformação social. Neste contexto, há uma relação recíproca, pois a educação é uma manifestação da existência social, da vida coletiva e das relações que os cidadãos produzem em prol de sua existência. Com esse modo de pensar a educação e a sociedade, entende-se que há uma relação interdependente entre educação e sociedade:

Ou seja, a educação tem condições de criar uma determinada sociedade ou de contribuir para a sua transformação, mas, ao mesmo tempo, é também determinada por essa sociedade. entre elas há uma determinação recíproca, não no sentido de relação de exterioridade. Educação e sociedade não são coisas, realidades exteriores, completamente determinadas, que existiriam uma ao lado da outra, numa relação de continuidade (Coelho, 2011, p. 317).

Diante das dificuldades enfrentadas nas instituições educacionais, é necessário pensar um agir educacional marcado pela construtividade e historicidade da prática humana, em que as instruções não são realizadas de maneiras técnicas, já que o sentido maior da educação é criar dentro das escolas, caminhos e possibilidades para o desenvolvimento da autonomia e a participação ativa na sociedade. Nesta perspectiva, pode-se pensar na educação democrática, que privilegia a formação humana, a autonomia, a liberdade e a igualdade, o que requer uma luta constante para se romper com os paradigmas impostos pela sociedade.

O referido projeto necessita de pessoas com senso crítico. Na perspectiva da educação democrática, o educador e o educando passam a ter autonomia de pensar, refletir, criticar e transformar atitudes, valores e posturas, praticando assim, uma educação que prioriza o ser, realizando um trabalho baseado na ética, ressaltando os direitos e deveres de cada um, pois:

Educar é trabalhar para que o Homem que está em cada indivíduo como possibilidade se torne real e os educandos reconheçam, vivam e afirmam sua humanidade, na esfera pública e privada. É criar condições concretas para que, independentemente de idade, nacionalidade, cultura, crença, opção política e situação socioeconômica, eles possam realizar o sentido e a finalidade da existência humana, agindo com racionalidade, autonomia e justiça, elevando-se ao plano da vida excelente, virtuosa, dignificando engrandecendo humanidade (Coelho; Guimarães, 2012. p. 329).

A educação não se reduz ao ato de instrumentalização, pois se trata da formação de seres autônomos. No contexto escolar, em termos de cidadania, a civilidade significa a capacidade de ouvir e de dialogar entre todos, prevalecendo o respeito pelas diferenças. Diante disso, é preciso ter, desde a formação docente, a ideia de realizar um trabalho com professores e alunos, a fim de formar bem bases permitindo a expansão da autonomia, para que possam escolher, julgar, criticar e participar ativamente da cidadania. Nessa perspectiva, a educação não tem como princípio a escolarização, a informação, a formação do homem para os negócios, também não é a instrumentalização das crianças e jovens para a inserção no mercado de trabalho. Longe disso, é principalmente a importância ética-política do homem e da sociedade, na humanização dos grupos e instituições. Em suma, é a realização da dimensão humana sob o sentido da educação.

O debate pedagógico que ilustrava a realidade francesa no século XVIII pode ser representado pela obra *Emílio* de Rousseau, sendo ela referência para um novo olhar. Com o advento da revolução francesa fazem-se necessários um novo projeto de educação e uma nova escola que se constituirá a propósito de uma educação que tenha a democracia como fundamento. Em meados do século XVIII ocorreu uma ampliação do pensamento pedagógico. Alguns filósofos e pensadores do movimento francês, viam a educação sobre uma perspectiva totalizadora e profética trazendo a possibilidade de reformas sociais pelo homem pedagogicamente orientado. Dentre esses pensadores, Rousseau se destaca por seus escritos especialmente em sua obra *Emília da Educação*. Rousseau apresenta seu aluno Emílio, com foco político de formar primeiramente homem, neste processo de formação requer a atenção e a percepção de que o homem terá o tempo de ser criança e de ser adulto, será fortalecido seu corpo e refinado seus sentidos, para em seguida ser orientada pela razão.

Teórico da política, o autor do *Emílio* paradoxalmente criticará aqueles que norteiam a pedagogia exclusivamente à procura do homem social, do cidadão. Para Rousseau a instrumentalização do ofício educativo, as estratégias de conformar a sociedade mediante a práticas do ensino instrumentalizadas, fariam surgir modelos extemporâneos e em total desacordo com objeto primeiro da utopia pedagógica: formar o homem, pela compreensão e orientação da criança que seja antes dele (Boto, 1996, p. 26).

A educação que Rousseau põe em questão em seus escritos, refere-se a uma formação para a conquista da liberdade e autonomia. Essa proposta pedagógica do autor se relaciona diretamente com o homem natural¹⁰ e homem civil¹¹, na sociedade não é possível conservar a mesma qualidade do Estado de Natureza, pois homem começará a conviver com os outros, meio que é denominado desnaturação. O projeto pedagógico pretende aproximar o máximo o homem do Estado de natureza.

As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o *eu* para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade verdadeira e só seja perceptível no todo (Rousseau, 1995, p.11).

O autor esboça a relação entre homem natural e homem civil. Inconformado com o ensino, que se norteia exclusivamente pela razão, tem como prioridade o primado do ser humano. Rousseau reconhece a importância do desenvolvimento primeiro dos sentidos, pois a razão desenvolvida após o aparecimento deles contribui para a compreensão humana. *Emílio*, não representa o homem da natureza, mas um homem natural que vive no Estado Civil, sendo ele formado a fim de encontrar seus próprios meios de sobrevivência na sociedade, já que mesmo ele não sendo como os outros, ainda convive com eles. *Emílio* ao ser educado no campo, não é formado como selvagem, mas educado para conviver com seus semelhantes na sociedade. Outrossim, deseja formar seu aluno para ser social e saber viver bem e agir com discernimento diante as possíveis dificuldades que poderão surgir ao longo da vida.

¹⁰ O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto que só se relaciona consigo mesmo ou com seus semelhantes (Rousseau, 1995, p.11).

¹¹ O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com todos, que é o corpo social (Rousseau, 1995, p.11).

Há muita diferença entre o homem natural que vive no estado de natureza e o homem natural que vive no estado de sociedade ponto final Emílio não é um selvagem ao ser relegado aos desertos, é um selvagem feito para morar na cidade. É preciso que saiba encontrar nelas o necessário tirar partido dos habitantes e viver, senão como eles, pelo menos com eles (Rousseau, 1995, p. 265).

Nesse sentido, o professor que trabalha a formação para o desenvolvimento integral do homem, conforme a natureza humana, recorreremos à obra *Emílio ou da Educação*, em que o preceptor sempre atento prepara seu aluno para a descoberta do conhecimento, a obra baseia-se no diálogo e respeito à construção do pensamento de acordo com sua natureza humana. No pensamento rousseauiano é apresentado três tipos de educação: a da natureza seria o desenvolvimento interno das faculdades e dos órgãos; a dos homens seria a mediação do preceptor ou das instituições sobre o uso que ensina o fazer, a partir do desenvolvimento interno; e a educação das coisas é o ganho da experiência ou os objetos que nos afetam, à experiência da vida. Dos três tipos de educação, a educação dos homens, mesmo que não totalmente, é a única que está sob controle do professor, enquanto a da natureza é independente e a das coisas apenas depende tangencialmente do professor.

Cada um de nós é, portanto, formado por três espécies de mestres. O aluno em que as diversas lições desses mestres se contrariam é mal-educado e nunca estará de acordo consigo mesmo; aqueles em que todas visam os mesmos pontos e tendem para os mesmos fins, vai sozinho a seu objetivo e vive em consequência. Somente esse é bem-educado (Rousseau, 1995, p.11)

Desta forma, é importante que o homem desenvolva bem as três educações, sendo que a primeira deve orientar o liame com as outras. O homem necessita da orientação dos três tipos de educação, para que ocorra sua formação e seja possível compreender a estruturação das suas vontades e seus desejos. Por conseguinte, o professor deve priorizar as três categorias de educação, quando referindo-se à educação com vistas na autonomia. O aluno de Rousseau é formado e orientado sem imposições, o que permite a ele ter confrontos com suas dificuldades. A educação rousseauiana possui um caráter político, pois visa formar um cidadão que desenvolve suas potencialidades, enquanto realiza suas ações humanas, e ainda

sendo formado para agir de acordo com a vontade geral. Desta maneira Rousseau realiza uma crítica às instituições educacionais de sua época:

Não encaro como instituição pública estes estabelecimentos ridículos a que chamam de colégios, não levo em conta tampouco a educação da sociedade, porque essa educação, tendo para dois fins contrários, erra ambos os alvos: ela só serve para fazer homens de duas caras, parecendo tudo subordinar aos outros e não subordinado nada senão a si mesmo. Ora essas demonstrações sendo comuns não iludem ninguém (Rousseau, 1975, p. 14)

O modo como a educação acontece, para o filósofo, constitui um obstáculo para a sociedade, uma vez que possui características de alienação e aceitação. Instituições de ensino essas referidas pelo autor possuem uma educação que ensina o como fazer sem pensar o que fazer e por que fazer. Essa educação passa a ser reconhecida por ele como fatos. Na contramão da educação instituída em sua época, Rousseau ao educar Emílio apresenta outra possível educação, que se fundamenta a partir do princípio de autonomia, tornando assim um desafio para a educação, dado que os alunos são frutos de uma sociedade corrompida, criticada pelo filósofo.

O homem tem necessidade de encontrar, por ele mesmo, a explicação, e passa a procurar perceber como as coisas são. O certo, o errado, o bem, o mal, o justo, o injusto, enfim, todos os valores não se atingem mais pela revelação. [...] Ao homem cabe conhecer, mas não o deve fazer espontaneamente, pois são necessárias ideias claras e distintas, que só o esforço individual e penoso pode oferecer. (Guimarães, 2004, p. 40)

Nesse contexto, é importante reconhecer que não há como negar a sociedade ou retroceder à sua constituição. Assim, no pensamento rousseauiano é necessário compreender o funcionamento da vida social, das instituições que a constitui, para assim agir de forma autônoma. O homem no Estado Civil acaba por se corromper, pela ambição e pelo desejo insaciável de posse. Cada vez mais deseja possuir coisas tendo em vista alcançar a felicidade. Mas nesse percurso acaba se perdendo, deixando o que gostaria de ter sempre além do necessário. Neste sentido, Rousseau propõe o projeto educacional, com vistas à liberdade e formação integral

do homem autônomo, sendo uma educação pautada no diálogo entre professor e aluno.

Para esse autor somente a educação despertada pelas necessidades é que terá validade para o indivíduo, que sempre utilizará o conhecimento do qual adquiriu em sua vida, tornando o saber vivo, útil. Vale ressaltar aqui que o conceito de utilidade em Rousseau é bem diferente do que conhecemos hoje, aos nossos olhos contemporâneos todos os desejos de posse são necessários e úteis, para ele a utilidade é um motor que leva o indivíduo a suprir suas necessidades imediatas [...] (Almeida, 2011, p.6)

A utilidade em Rousseau está relacionada em atender as necessidades naturais. Nesse sentido, o utilitarismo não deixa de exigir de Emílio a sensibilidade e responsabilidade ética. Quando o aluno se orienta, pelo princípio da utilidade, significa que será formado em si, a sensibilidade para a bondade natural, sendo importante para a formação da sua humanidade. "O utilitarismo rousseauiano tem a ver, portanto, com atendimento das necessidades naturais que quando atendidas, torna o homem um ser solidário, fraterno feliz" (Muhl, 2011, p.93) em seus escritos a utilidade representa o movimento que conduz o humano a suprir suas necessidades. Assim, no decorrer de sua vida vão surgir situações e com elas surgirá o desejo de aprender como por exemplo ao sentir necessidade se comunicar por meio de um bilhete terá que aprender a ler e escrever. Dessa forma, será movido a aprender ler e escrever pela utilidade da leitura e da escrita.

Têm-se muito trabalho para buscar os melhores métodos de ensinar a ler; inventam-se escrivatinhas, mapas; faz-se do quarto da criança uma oficina gráfica. Locke pretende que a criança aprenda a ler com os dados. Não é uma invenção bem pensada? Que pena! Um meio mais seguro do que tudo isso é aquele que sempre é esquecido: o desejo de aprender. Daí esse desejo à criança, e depois deixai vossas escrivatinhas e vossos dados, pois qualquer método lhe servirá (Rousseau, 1995, p.127-128).

Ao preceptor atribui-se a responsabilidade de apresentar caminhos e obstáculos para que seu aluno possa desenvolver primeiramente seus sentidos, seguidamente da razão e do desejo pelo saber. Sempre em uma relação de cuidado e respeito entre o preceptor e seu aluno. Sendo esse, um vínculo que não recorre à

imposição, mas pressupõe uma imersão de autoridade e autonomia respectivamente, sendo dois elementos que constantemente se completam, ocorrendo nesse meio a formação baseada tanto na colaboração ativa da autoridade, quanto na constituição da liberdade de pensamento do outro.

Uma característica marcante também apresentada em sua obra, em relação ao trabalho do professor, é a conexão que estabelece entre o mestre e seu poder de sedução, o que leva o aluno a descobrir o conhecimento, por vontade própria sem nenhuma imposição e sim pelo despertar da curiosidade do aluno, levando-o a uma evolução que implica na exploração do potencial do homem, sempre respeitando seu desenvolvimento e suas necessidades físicas e intelectuais, como Sócrates em sua maiêutica, que conduzia o interlocutor ao parto das ideias, o mestre rousseauiano provoca no aluno a vontade, o desejo de conhecer (Almeida, 2011, p. 6)

Assim, o aluno é levado ao conhecimento por sua própria vontade, não recebendo tudo pronto, e sem imposições. O professor no percurso de formar para a autonomia, instiga e conduz seu aluno a aprendizagens e vivências, que constituem uma formação integral do homem, formado para a convivência social e reconhecendo os espetáculos e farsas da sociedade. O mestre sempre atento e preocupado com o saber reconhece que a educação deve superar o imediato e o superficial, levando assim os homens a transcenderem o mundo das aparências. Nesse percurso se fará presente a dúvida, o questionamento e a crítica, que são elementos colaboradores para que os seres humanos se desenvolvam em função de constituir um pensamento crítico e autêntico. Nesta perspectiva esse processo torna-se:

Esse é um dos maiores desafios que se apresenta à formação e aos educadores: pensar a educação a partir do estudo da condição humana numa sociedade em que o aparente tem o mais alto valor, buscando compreender as razões da submissão do homem ao pontual e utilitário que atende a interesses individuais e levam, de um lado, à conformação e, de outro, à desequilibrada busca por desejos, nunca satisfeitos (Sales, Almeida, Guimarães, p. 294).

Formar o humano a partir desses fundamentos demanda constantemente agir e pensar criticamente, para além do mundo das aparências, dispondo de um pensamento livre, que busca sempre sua emancipação. Sendo capaz de entender seu papel na sociedade, reconhece-se como parte do corpo da sociedade. A

concretização dos direitos, em especial a educação, necessita buscar a construção de um projeto político que compreenda a sociedade, tendo em vista a formação do sujeito para a autonomia, negando a reprodução social. A educação, nessa perspectiva, deve criar práticas que possibilitem a autonomia e, portanto, a participação efetiva na sociedade. O ato de educar tem como finalidade a formação dos seres humanos, em suas complexidades de relações sociopolíticas, culturais e educativas, para a emancipação humana, visando o afastamento dos preconceitos e da desigualdade.

O homem é livre capaz de agir, melhor diversos caminhos, mas por estar desavisado fica impossibilitado de trilhar por circunstâncias adversas e seguir por outro caminho que não o leve a sociedade fundada na maldade. Sendo essa maldade adquirida em sociedade rejeitando a bondade¹² e que constitui o homem no estágio de natureza. Cabe ressaltar que a maldade sendo algo que adquire em sociedade ela vem de fora justificando a bondade original presente no homem primitivo. Assim eu sou se apresenta pessimista com a relação homem e sociedade, mas também apresenta otimismo ao acreditar que o homem pode se tornar bom, se for colocado por meio da educação ante circunstâncias em que será possível resgatar a sua bondade original.

Rousseau critica a sociedade como se apresenta, tendo em vista que não é possível retroceder ao estado de natureza, o desafio educacional presente em seus escritos ocorre na tentativa de formar o homem que se conecte ao Estado de Natureza, ao mesmo tempo em que se encontra no Estado Civil. O homem no estado civil amplia suas necessidades, passando a ser difícil de supri-las. Surgem neste momento o aprimoramento da convivência como a linguagem, o comércio e os costumes.

Nesse novo estado, numa vida simples e solitária, com necessidades muito limitadas e os instrumentos que tinham inventado para satisfazê-las, os homens, gozando de um lazer bem maior, empregaram-no na obtenção de inúmeras espécies de comorbidades desconhecidas por seus antepassados; foi o primeiro jogo que, impensadamente,

¹² A bondade é conforme sua natureza, de modo que ele naturalmente tende para o bem. Ao distinguir bondade e virtude, Rousseau afirma que ao praticarmos um ato de bondade naturalmente seguimos nossas próprias inclinações e sentimentos o doce prazer de assim proceder. Mas a virtude supõe a prática do bem, independente e mesmo contrariando nossos interesses particulares; impõe o cumprimento do dever, agindo com justiça e bondade, mesmo quando as paixões nos levam a tender para o lado oposto (Sales, 2017, p. 76). O amor de si é sempre bom e sempre conforme à ordem. Estando cada qual encarregado de sua própria conservação, o primeiro e mais importantes de seus cuidados é e deve ser zelar por ela continuamente; e como zelariamos dessa maneira se não tivéssemos por ela o maior interesse? (Rousseau, 1995, p. 288).

impuseram a si mesmos e a primeira fonte de males que prepararam para seus descendentes, pois, além de assim continuarem a enfraquecer o corpo e o espírito, estas comorbidades, perdendo pelo hábito quase todo o seu deleite e degenerando ao mesmo tempo em verdadeiras necessidades, a privação se tornou muito mais cruel do que doce for a sua posse, e os homens sentiam-se infelizes por perdê-las sem ter sido feliz por possuídas (Rousseau, 1978, p.262)

No Estado de Natureza o homem era feliz, pois conseguia conciliar suas necessidades e condições para supri-las, mas houve o ampliamto delas na sociedade, desencadeando a infelicidade por não conseguir satisfazer todas as necessidades. O Estado de Natureza tem fim segundo Rousseau, quando ocorre a origem da propriedade, em específico de terra, pois se refere ao bem primário que dá origem às demais propriedades, fato que ocorre com o desenvolvimento do homem em detrimento das intempéries da natureza. Esses acontecimentos desencadeou alguns sentimentos que fizeram parte da corrupção do homem, dentre eles o orgulho e a vaidade, que sem limites fez com que o homem desejasse outras formas de propriedade para si.

Cada um começou a olhar os outros e a desejar ser próprio olhando. [...] Aquele que cantava ou dançava melhor, o mais belo, o mais forte, o mais astuto ou o mais eloquente, passou a ser o mais considerado, e foi esse o primeiro passo tanto para a desigualdade quanto para o vício; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado a vaidade e o desespero, e, de outro a vergonha e a inveja. [...] Assim que os homens começaram a apreciar-se mutuamente e se lhes formou no espírito a ideia de consideração, cada um pretendeu ter direito a ela e a ninguém foi mais possível deixar de tê-la impunemente. Saíram daí as primeiras deveres de civilidade (Rousseau, 1978, p. 263).

Nessa perspectiva, a produção da imagem passa a ser necessária para o homem na sociedade. Pois o homem sente orgulho de si mesmo por sua bela vida e também sente ao mesmo tempo inveja ao se deparar com uma imagem que julga superior a si. Assim o homem produz uma imagem bela de si e das coisas ao seu redor marcada por uma relação pendular entre inveja e orgulho. Sendo que essa imagem representa uma grande perda ao abandonar o estado de natureza. Surge também uma nova necessidade, o parecer ser, que vindo de fora torna-se algo indispensável para a vida em sociedade corroborando para a corrupção da alma humana. Os novos adereços tornam-se coisas necessárias para se viverem em sociedade. Durante esse processo o homem deixa de conhecer a si mesmo, tornando-

se escravo das necessidades e das coisas, resultando em uma alienação por procurar circunstâncias que poderão constituir da melhor forma sua imagem.

O homem, por forças das circunstâncias adversas à sua vontade, vê os seus dois sentimentos - amor de si e piedade - distanciarem-se. Esses sentimentos, unidos fazem o homem não desejar tudo para si. Separados, empurram o homem para o amor-próprio. Na primeira condição, a piedade natural é viva, na segunda, ela adormece. Eis a razão de todos os males da ordem civil, e a definição dos anunciados *acontecimentos fortuitos* (Guimarães, 2011, p. 54).

Na teoria rousseauiana o filósofo realiza uma crítica à sociedade, tendo em vista que nenhum homem possui autoridade natural sobre seus semelhantes e a força não resulta em direito, nos restam as convenções para explicar a autoridade presente entre os homens. Quando um homem aceita ser escravo de outro em troca de sua subsistência, ele está se alienando ao outro, o ato de alienar significa dar ou vender.

Sobre o ato de alienar, todos os homens nascem livres, e somente eles podem abrir mão de sua liberdade. Rousseau ressalta que “renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres” (1978, p.27), pois o homem se caracteriza pela vontade livre. Desta forma, o homem não estará se submetendo a nenhuma dominação externa, mas à vontade geral, que representa a própria vontade, obedecendo a si e, portanto, retornando à liberdade.

A fim de que o pacto social não represente, pois, um formulário vai, compreendê-lo taticamente este compromisso, o único que poderá dar força ao outros; aquele que recusar obedecer à vontade geral a tanto será estrangido por todo um corpo, o que não significa senão que o forçaram a ser livre, pois é essa condição que, entregando cada cidadão à pátria, o garante contra qualquer dependência pessoal (Rousseau, 1978, p.36).

Para que o homem possa ser livre no Estado Civil ele deve aderir ao Contrato Social, como apresenta Rousseau: “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo, permanecendo assim tão livre como antes” (Rousseau, 1978, p. 32). As cláusulas

desse Contrato são determinadas pela natureza do ato, e ao violá-lo retorna-se aos primeiros direitos de liberdade natural, deixando a liberdade convencional.

Essas cláusulas quando bem compreendidas se reduzem todas a uma só: a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda, porque, em primeiro lugar, cada um dando-se completamente, a condição é igual para todos, e, sendo a condição igual para todos, ninguém se interessa por torná-la onerosa para os demais.” (Rousseau, 1978, p.32)

Nesse ato de associação, os contratantes formam um corpo moral e coletivo composto por todos os membros da sociedade. “No Estado de Natureza, no qual tudo é comum, nada devo àqueles a quem nada prometi; só reconheço como de outrem aquilo que me é inútil. Isso não ocorre no Estado Civil, no qual todos os direitos são fixados pela lei” (Rousseau, 1978, p.54). O pacto social não quer destruir a igualdade natural, apenas a transforma em igualdade moral, e o que antes eram desigualdades física e mental, agora passam a ser todos iguais diante do pacto e do direito. Os compromissos que se assumem ao aderir ao pacto social, referem-se a cumprir uma tarefa mútua, em que, não se trabalha para outro, sem também trabalhar para si próprio. O pacto compromete-se em estabelecer uma igualdade entre os cidadãos, em que todos se comprometem na mesma circunstância e desfrutam dos mesmos direitos.

É notório que a vida no Estado Civil possui exigências e restrições, para que a liberdade de cada um seja igual e compatível com a liberdade de todos, mas no que tange a teoria rousseuniana são elas que essencialmente tornam o homem livre. Quando se refere a restrições e exigências, não se refere a restrições de liberdade, mas um meio de garantir que cada um estaria obedecendo a si mesmo, permanecendo assim, livre.

Há diversas maneiras de tentar resolver ou pelo menos minorar o paradoxo. Uma delas é observar que, se eu desejo os benefícios advindos de uma vida em uma sociedade estável, devo desejar também os meios pelos quais essa estabilidade é conseguida, o que inclui aceitar o estabelecimento de sanções penais que devem aplicar-se a todos e, conseqüentemente, também a mim mesmo. Assim, se eu discordo de alguma lei, enquanto “expressão da vontade geral”, ainda assim devo cumpri-la e, se me recusar, serei coagido a fazê-lo, e essa coação está em princípio de acordo com minha vontade inicial que deu seu consentimento ao princípio de universalidade da qual ela proveio (Marques, 2010, p.105).

Dessa forma, no Estado Civil, não pode haver liberdade sem lei. Portanto as leis são meios para que todos possam garantir sua liberdade, respeitando a vontade geral. Ser livre nesta perspectiva significa não sofrer interferência arbitrária das vontades particulares, pois ocorre assim um meio para que nenhum sujeito se coloque acima da lei, sendo garantida a liberdade de todos os membros da sociedade. Recorrendo-se assim à concepção de liberdade abordada por Rousseau, só pode ser considerada se for levada a sério, o rigor das exigências de uma sociedade que se organiza politicamente de acordo com o Contrato Social apresentado pelo filósofo.

A partir da concepção de liberdade em Rousseau no campo político, ele trabalha com seu aluno Emílio uma formação em que possa se desenvolver e ser livre no Estado Civil, sendo um ser autônomo. Reforçando a ideia de desenvolver bem sua força física primeiramente, para depois ser forte também no desenvolvimento da razão. Dessa maneira, a criança deve ser autônoma e incorruptível, para evitar os excessos e respeitar os limites. Para então ter uma educação conforme a natureza, e desenvolver totalmente a sensibilidade, e, por consequência, a educação moral, intelectual e sensorial. Nesta perspectiva se faz importante que a criança desde cedo possa tomar decisões.

Com as forças desenvolve-se o conhecimento que as põe em estado de dirigi-la. É nesse segundo período que começa propriamente a vida do indivíduo; é então que a criança toma consciência de si mesma. A memória projeta o sentimento da sua identidade em todos os momentos de sua existência; ela torna-se verdadeiramente uma, e mesma, e por conseguinte já capaz de felicidade ou de miséria. Importa, portanto, começar considerá-la um ser moral (Rousseau, 1995, p.60).

Rousseau apresenta e defende que a criança irá desenvolver a sensibilidade de acordo com seu tempo, usando sua percepção e quando possível raciocinando com o seu agir, aprendendo de forma fácil e alegre. Desta maneira, o mestre deve provocar a curiosidade em seu aluno, para instigar a sensibilidade, e estimulando seus instintos a fim de descobrir suas próprias necessidades.

O mestre é o que se movimenta em direção ao saber junto com seu aluno, movimento esse que não é físico, geográfico, mas intelectual,

teorético, cognoscitivo. Para tanto, é fundamental que esse aluno seja desafiado a superar a si mesmo, é preciso que ele sinta a necessidade, a força (virtus) e desejo de saber (Sales, Almeida, Guimarães, 2016. p.287).

Na perspectiva do processo de formação em Rousseau, sugere um zelo quanto a educação sensorial, sendo que o tato, a audição, a visão, o olfato e o paladar são elementos que compõem a sensibilidade, por isso o filósofo ressalta sempre a importância da criança se aproximar da natureza, fundamentado na importância dada aos estímulos sensoriais. Essa formação envolve integralmente o ser, a alma, o sentimento, o corpo e a razão. Desta maneira a educação deve iniciar com exercício do corpo, órgãos e sentidos, para sim conhecer e compreender o que está sentindo, a perfeição dos órgãos reflexos das percepções sensoriais. A educação esboçada por Rousseau se inicia desde o nascimento, pois o homem é afetado imediatamente pelos sentidos desde o nascimento, que bem desenvolvidos irá contribuir para a evolução do juízo e da razão.

As primeiras faculdades que se formam e se aperfeiçoam em nós são os sentidos. São portanto, as primeiras faculdades que seria preciso cultivar, são as únicas que são esquecidas e, ou as mais desenhadas. Exercitar os sentidos não é apenas fazer uso deles mas, aprender a bem julgar através deles é aprender, por assim dizer, a sentir, pois nós não sabemos nem tocar, nem ver, nem ouvir a não ser da maneira como aprendemos. Existe um exercício puramente natural e mecânico que serve para tornar robusto o corpo sem dar nenhuma matéria ao julgamento: nadar, correr, saltar, chicotear o pião, jogar pedras. (Rousseau, 1995 p.152).

Durante a infância deve-se educar os sentidos, pois a primeira comunicação e intervenção no mundo será realizado por meio deles ponto final nessa perspectiva educação dos sentidos transforma-se no alicerce para o progresso intelectual. ao decorrer de sua formação a criança pressupõe três etapas de aprendizado das sensações até a comparação de ideias, adquirindo a capacidade de julgar e comparar que se forma após diversas experiências.

A primeira etapa representa a fase pré operacional, marcada por exercício dos sentidos e memória sensorial, as primeiras sensações não dependem do intelecto, pois estão relacionadas aos sentidos imediatos. A criança age de acordo com as sensações, sempre em busca de tranquilidade, ponto final nesse momento a criança não precisa de formulações complexas, seu pensamento age em detrimento

de atender suas necessidades primárias como se alimentar. Assim é por meio do choro e expressões que a criança se comunica inicialmente, em seguida surge um saber que esse origina da experiência sensorial.

As crianças têm uma memória sensorial, que independente da capacidade de comparar e julgar; inicialmente apenas observa as imagens que lhe chegam pelos sentidos. Esse conhecimento teve de vendas estímulos visuais, auditivos, tácteis, olfativos, gustativos que uma vez internalizados forma uma memória de curto prazo, essencial para o desenvolvimento das primeiras sensações e para a conquista das etapas posteriores desenvolvimento intelectual (Aline, 2017, p. 94).

Na segunda etapa ocorre o despertar da razão sensível ainda muito ligada aos sentidos permite realizar comparações entre diferentes sensações. Assim permite que a criança tenha conhecimento do que ela necessita, razão essa muito ligada aos sentidos sempre tende a querer o que está ao seu alcance como o que toca, ou, cheira e degusta. E a etapa final está relacionada ao desenvolvimento da razão intelectual, “mais demorada da formação, é resultado do uso correto dos nossos sentidos, da capacidade de fazer distinções e bem julgar o que somente se adquire por meio de muito esforço” (Aline, 2000, o. 95) . O bom desenvolvimento das duas primeiras etapas é essencial para a formação da criança, que representa a educação primeira estudante para se formar o homem inteligente sensível e bom. A principal atividade para crianças nos primeiros dias de meses de vida é a de conhecer o mundo e nessa jornada os sentidos representam os primeiros professores, por isso devem ser em cuidados com o zelo para o seu aprimoramento.

Como, porém, a criança só presta atenção a sua sensações, basta inicialmente que lhe mostremos de maneira bem distinta a ligação dessas mesmas sensações com objetos que elas causam. A criança quer tocar em tudo, pegar em tudo: não vos oponhais a esta inquietação; ela lhe sugere um aprendizado muito necessário. É assim que ela aprende a sentir o calor, o frio, dureza, moleza, peso, leveza dos corpos, a julgar sua grandeza, sua figura e todas as qualidades sensíveis, olhando, apalpando, escutando e principalmente comparando a visão com o tato, estimando com os olhos a sensação que produziram com os dedos (Rousseau, 1995, p.49).

A organização da sociedade realizada por Rousseau nos remete a algo utópico, o meio que o filósofo apresenta para nos aproximarmos dessa sociedade é a educação. Em seus escritos do autor trata com singular importância o bom desenvolvimento dos sentidos enquanto criança, ressaltando ser a sua única

preocupação nesta etapa da vírgula deixando a responsabilidade e compromisso social para a vida adulta. A caminhada pedagógica escrita por Rousseau é marcada por uma prática de igualdade e liberdade que confere à criança a oportunidade de vencer situações como sofrimento. São fatos importantes as superações do sofrimento, medo e frustrações pois por meio delas serão adquiridas algumas lições que contribuiriam para se tornar um adulto preparado ao se deparar com as adversidades da vida.

É nessa idade que se tomam as primeiras lições de coragem e, suportando sem apavoradores leves, aprende-se aos poucos a suportar as grandes. Longe de estar atento a evitar que Emílio se machuque, eu ficaria muito aborrecido se ele nunca se ferisse e crescesse sem conhecer a dor. Sofrer é a primeira coisa que ele deverá aprender, e a que terá a maior necessidade de saber. Parece que as crianças são pequenas e fracas para tomarem essas importantes lições sem perigo (Rousseau, 1995, p.66)

Cabe ressaltar, que na perspectiva de Rousseau a criança deve ter experiências diversas, para quando se deparar com limitações consiga resolver com independência. O autor é crítico à superproteção, pois nesse sentido se educa as crianças como se não tivessem capacidade de aprender e se desenvolver, em nossa sociedade temos como por exemplo os pais que por medo que os filhos se machuquem exageram na proteção, atrapalhando o desenvolvimento dos sentidos e fortalecimento do corpo. Como resultado dessa superproteção, os sentidos são abafados e reprimidos, se perdendo com o tempo, resultando assim em pessoas fracas que não sabem lidar com as dificuldades, e conseqüentemente não sabem usar os sentidos de forma livre e natural. De acordo com a teoria rousseauniana a conquista da liberdade está correlacionado em educar a criança desde os primeiros anos de vida, sendo recorrido à natureza dos sentidos, para orientar suas ações.

Se a criança entendesse razão, não teria necessidade de ser educada; mas falhando-lhe, desde da primeira infância, uma língua que não entende, acostumam-na a jogar com palavras, e controlar tudo que lhes dizem, se acreditar tão sábia, quanto seu mestre, a se tornam a discutidor e enfezada; e tudo o que imaginam obter pela razão, só obtém pela cobiça, pelo temor ou pela vaidade, que se é sempre obrigado acrescentar (Rousseau, p.74, 1995).

O filósofo recorre a seu aluno Emílio, sendo uma forma de mostrar como seria uma criança educada por meio dos mecanismos da natureza humana. A educação defendida ele propõe seguir os ensinamentos da natureza para viver melhor na sociedade, sugerindo resgatar o homem natural por meio da educação negativa. A proposta recai sobre a formação de um novo homem e conseqüentemente uma nova sociedade, pois a educação é o melhor caminho para se mudar a sociedade.

Na obra de *Emílio*, o filósofo promove um diálogo em vista de apresentar noção de propriedade para seu aluno. Por meio desse diálogo é possível demonstrar que a criança deve aprender limites e que não é dona de todas as coisas, aprendendo a fazer distinções entre o que é bom e o que é ruim. Desta forma, faz-se necessário reconhecer o que é seu e o que é do outro. Assim o aluno junto ao seu mestre irá aprender elementos que apontam para uma experiência propícia no que se refere a respeitar a si mesmo e ao outro.

Robert: Oh, meus senhores, podeis ficar descansados, pois há muitas poucas terras, baldias. Eu trabalho a que meu pai beneficiou. Cada qual por sua vez, faz a mesma coisa e todas as terras que vedes estão ocupadas há muito tempo. Emílio: Robert, então é freqüente se perder a semente do melão? Robert: Desculpa, meu menino, pois não é sempre que encontramos senhorzinhos tão avoados como tu. Ninguém toca no jardim do vizinho; cada qual respeita o trabalho do outro, para que o seu fique em segurança. Emílio: Mas eu não tenho jardim. Robert: Que me importa? Se estragares o meu, não te deixarei mais passar por ele, pois não quero perder o meu trabalho. JeanJacques: Não poderíamos propor um acordo para o bom Robert? Que ele nos ceda, a meu amiguinho e a mim, um canto do seu jardim para cultivá-lo, com a condição de receber metade do produto. Robert: Eu o cedo sem condição, mas lembrai-vos de que irei lavar vossas favas, se tocardes em meus melões. (Rousseau, 1995, p. 100-101).

Como referido acima, a ideia de propriedade é introduzida por meio das experiências do aluno, recurso que permite compreender noções de limites e respeito com o próximo, elementos essenciais para a vida em sociedade, para a conservação no Estado Civil deve haver uma relação do amor com outro. A formação apresentada por Rousseau se preocupa com a maneira em que a criança vai ser educada, pois deve futuramente se tornar um homem feliz e consciente. Sob essa perspectiva a educação deve resgatar a bondade humana, não basta a educar de Emílio longe dos outros das outras pessoas. Deve fazer com que sinta em seu coração a bondade, lembrando que a razão irá conduzir, constituindo assim a formação do homem livre,

que será capaz de enfrentar as barreiras que serão colocadas em confronto direto com sua realidade, tendo assim um homem que reconhece a si e ao outro.

Rousseau recorre ao homem no estado de natureza, demonstra como foi sua vida e retira delas lições para ensinar como deve ser. Para ele, o homem era feliz porque desejava somente o que era possível de satisfação. O Homem civil não pode retornar aquela condição, e só lhe resta aprender a limitar a imaginação ou melhor, aprender a desenhar somente o necessário (Guimarães, 2011, p.118).

Rousseau, deseja que os homens sejam felizes¹³ como no Estado de Natureza em que suas necessidades eram facilmente satisfeitas, o que não é mais possível no Estado Civil com o desenvolvimento da imaginação, pois surgem novas necessidades. Como não é possível retomar o Estado de Natureza, o homem deve aprender a limitar-se à imaginação, para desejar apenas o necessário.

Nessa perspectiva identificamos que a concepção de liberdade está relacionada com a ideia de felicidade, porém proporcionar a felicidade ao homem na sociedade, não deve valorizar o individual e sim o coletivo, pois em sociedade não é possível viver isoladamente. Referimos o individualismo como algo negativo, por levar à competição, à disputa e conseqüentemente causar conflitos, discórdias e guerras. Assim, o homem deve aprender a viver em sociedade respeitando e valorizando o coletivo. Rousseau é um crítico da sociedade, especialmente a de sua época. Porém não é possível negar ou extingui-la, dessa forma o filósofo faz uma proposta.

A formação de um homem que conheça o exato equilíbrio entre desejo e possibilidades, condição para autonomia. Se fala em educar segundo as necessidades, o parâmetro é a natureza que tudo ensina. Se fala em princípios racionais, eles são adquiridos com controle dos sentimentos, não daquele controle próprio da sociedade de seu tempo, que só reserva para o homem, sujeição, embaraço e constrangimento presente também na sociedade de corte (Guimarães, p. 124, 2011).

Sendo uma educação que se preocupa com formação integral “Homens sede humanos, é vosso primeiro dever; e sejais em relação a todas as situações sociais, a todas as idades, a tudo que não seja estranho, ao homem” (Rousseau, 1995, p.61). Dessa maneira, é imprescindível que a criança tenha uma boa educação desde

¹³ A felicidade, no plano pedagógico de Rousseau, é negativa. Ela consiste em frear a vontade para estarem em equilíbrio com a necessidade [...] Este é, pois, o ideal. O real, aquele vivido em sociedade, ao contrário, é constituído de males de toda espécie. Abandonado o segundo estado - momento em que o homem desejava o suficiente para atender as necessidades primárias - perde-se (Guimarães, p. 131, 2011)

o nascimento, para que ao se tornar adulto possa inserir-se na sociedade e dela participar vivendo bem, feliz e integrado.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA FORMAÇÃO

Com a pretensão de compreender os conceitos pela perspectiva filosófica, procuramos por sua origem. Representada pelo termo *philosophia*, que se refere à junção de *philia*, que significa 'amizade' e *sophia* que significa sabedoria, teve os primeiros registros na Grécia do século VII a.C.. Rios assim escreve, "o filósofo se define, portanto, como o amigo da sabedoria, desejo do saber total" (2001, p.16). Nesse sentido a filosofia desde sua origem teve múltiplas direções que orientaram suas investigações no decorrer da história, mas o sentido pela busca do saber inteiro permaneceu.

A filosofia procurará apropriar-se da realidade para ir além da explicação, da descrição, para a busca do sentido (na dupla acepção de direção e de significado) dessa realidade. E se é preciso buscar sentido, na verdade será preciso buscar os fundamentos, as raízes, numa perspectiva diversa de outros saberes. (Rios, 2001, p.17)

Rios (2001) contribui caracterizando a filosofia como uma reflexão que busca compreender o sentido da realidade, da relação homem com a natureza e com os outros e seus produtos: cultura e história. A reflexão filosófica no espaço da ética indica uma reflexão crítica sobre os valores presentes na ação humana. Os valores não possuem significações imutáveis e é possível encontrar em uma cultura modificações de valores no decorrer do tempo. Um comportamento é determinado como bom ou mau no plano da moralidade, mas também é de interesse da filosofia, no sentido ético, procurar o fundamento dos valores que ampara esse comportamento. De acordo com Lima Vaz (1999) a Ética fundamentalmente é, necessariamente, uma Ética filosófica.

O termo Ética é, sem dúvida dos mais difundidos e dos mais constantemente usados na linguagem contemporânea, seja na literatura especializada ou na fraseologia política, seja na comunicação de massa. É evidente, por outro lado, a deterioração semântica do termo nessa sua migração incessante por tantas formas diferentes de linguagem (p.11).

O nascimento da ética ocorreu na Grécia dos séculos V e IV A.C., o marco essencial de surgimento da ética se dá por Sócrates e os sofistas, com o debate referente à “virtude” (*arete*) e a educação para virtude (*paideia*). Foi conservada por Platão em seus primeiros diálogos e permaneceu por toda história ocidental. Platão e Aristóteles receberam os ensinamentos de caráter filosófico de Sócrates, deles partiram dois modelos filosóficos do pensamento ético: a Ética platônica e a Ética aristotélica.

A ética platônica foi fundada e articulada como a teoria das Ideias, que mais tarde foi designada com o nome de Metafísica, seu alicerce conceitual. Portanto, refere-se a uma ética normativa, cumprindo a ordenação da vida individual e política em conjunto da norma do Bem alcançada pela Razão. Por conseguinte, a Ética aristotélica, abandona ideia do Bem, refere-se à práxis eticamente legítima como seu fim único, partindo da reflexão ética dos bens oferecidos ao dinamismo da práxis. Lima Vaz (1999) justifica que por meio da filosofia é que se constituiu a *ciência do ethos*, sendo, segundo o autor, a forma adequada que permite pensar os fundamentos racionais dessa ciência. A descrição fenomenológica é o que possibilita indicar caminhos para a compreensão filosófica ou Ética propriamente dita. A Ética tem como objeto o *ethos*, que se apresenta como um fenômeno histórico-cultural.

O objeto da Ética é uma realidade que se apresenta à experiência com a mesma evidência inquestionável com que se apresentam os seres da natureza. Realidade humana por excelência, histórica, social e individual e que, com profunda intuição de suas características originais, os gregos designaram com o nome de *ethos*. A *Ética* por tanto, nominalmente definida, é a ciência do *ethos*. (Lima Vaz, 1999, p.17)

De acordo Lima Vaz (1999), na linguagem filosófica irá permanecer a *ethos* que em sua significação original empregada pela língua grega representa morada, covil ou abrigo de animais. O movimento da transposição do *ethos* para o mundo humano, é de grande significação para *práxis* humana.

O *ethos* é morada do animal e passa e passa a ser a “casa” (*oikos*) do ser humano, não já a casa material que lhe proporciona fisicamente abrigo e proteção, mas a casa *simbólica* que acolhe espiritualmente e da qual irradia para a própria casa material uma significação propriamente *humana*, entretecida por relações afetivas,

éticas e mesmo estéticas, que ultrapassam suas finalidades puramente utilitárias e a integram plenamente no plano humano da *cultura*. (Lima Vaz, 1993, p.16)

O *ethos* em sua origem representa a morada animal, e se torna com a *práxis* humana, entendendo que é a morada do ser humano, não é uma morada física, mas sim espiritual, manifestada como grandeza cultural, cujo *ethos* se apresenta em movimento de criação e recriação de valores, originando os conflitos éticos e causando as crises que decorrem em um processo de formação constante da ética. Neste aspecto, a ética como ciência do *ethos*, é uma explicação e justificação dos costumes que formulam as leis e normas, que orientam o agir humano.

O *ethos* como uma grandeza cultural não é estático, e, assim como a cultura, apresenta um movimento crescente, adoção e recriação de valores, que são chamados “conflitos Éticos”, que gera uma *crise*, resultando em uma nova forma ética de vida. A *práxis* humana está relacionada com o saber. O conhecimento humano possui a propriedade de um processo de acumulação, em que a realidade se reorganiza na mente por meio de relações abstratas, tornando o conhecimento o mais eficaz instrumento de acesso ao mundo exterior. Esse acúmulo organizado do conhecimento se torna o *saber*.

Desde suas origens, o saber, ora materializado em instrumentos e objetos de fabricados, ora traduzidos em expressões simbólicas, como as pinturas rupestres ou as primeiras formas de linguagem articulada, constitui a diferença específica daquele que foi justamente designado homo sapiens, estágio final da longa evolução (Lima Vaz, 1993, p.16).

O saber inevitavelmente é diversificado, podemos observar ao longo da história que se apresenta de formas distintas, de acordo com as especificidades do objeto. Entre as *formas* de saber, apresenta-se a forma do *saber ético*, que são características fundamentais da Ética propriamente dita. Nesse sentido, os fundamentos do *ethos*, sendo universais, se apresentam desde o início das aparições históricas dos grupos humanos. Considerando o saber como constitutivo intrínseco do *ethos*, não é possível definir sua origem, mas nas diversas hipóteses antropológicas é atribuído na origem dos costumes das primeiras civilizações humanas.

Se atendermos à configuração elementar do campo ético proposta na *fenomenologia do ethos*, veremos também que o *saber ético* se organiza entre os pólos da *objetividade* do *ethos* e da *subjetividade* da *praxis*, tendo como *mediação* o saber conservado e transmitido pela *comunidade* ou saber que circula entre os indivíduos mediante as relações *intersubjetivas*.

(Lima Vaz ,1993, p.47)

A reflexividade do saber ético acompanha o conhecimento objetivo do *ethos* operando na interiorização do agente, permitindo agir conforme o *ethos*, sendo uma característica que o distingue de todas as outras formas do saber.

É necessário, no entanto, ter presente o fato histórico indiscutível de que a Ética nasce do seio do *saber ético*. A tarefa que se propõe aos fundos da Ética e, de modo exemplar Aristóteles, é a de encontrar uma forma *lógica*, uma nova estrutura *gnosiológica*, e novos fundamentos racionais para o *saber ético* já codificado no *ethos* da tradição. (Lima Vaz ,1993, p.47)

A ciência do *ethos* é uma explicação e justificação dos costumes que formulam as leis e normas que orientam o agir segundo o *ethos*. Os principais protagonistas envolvidos no nascimento da ética foram Sócrates, Platão e Aristóteles que nos mostram o caminho (*methodos*) próprio da ética, e presume ela como saber *filosófico*, sendo definida como *objeto formal*, e a práxis ética se referindo as características originais e irreduzíveis a qualquer outro fenômeno da natureza. A ética tem como objeto a práxis ética, que se exerce na esfera do *ethos*, em que seus aspectos se tornam discursivamente ordenados pela estrutura sistemática da ética.

As palavras ética e moral que em suas origens possuíam significados sinônimos, hoje têm distinção. Segundo Rios (2002), recorrendo-se à etimologia das palavras, *Ethos* (grego) e *mores* (latino), ambos remetem a costume e jeito de ser. Os costumes nos remetem a uma constituição cultural, que funda valores para a ação humana, estabelecida pelo próprio homem por meio da interação social.

Segundo Lima Vaz (1999), a distinção dos termos *Ética* e *moral*, decorrendo do estudo do agir humano social e individual é recente, e foi atribuído pelo aumento da proporção da complexidade na sociedade moderna e a emergência constituinte do confronto com o todo social.

[...] Ética, em seu uso substantivo ou adjetivo, de acordo com a precedência histórica reivindicada de acordo com os primeiros formas discursos filosóficos sobre o *ethos*, que a tradição consagrou o vocábulo *Ética*. O termo *moral*, substantivo ou adjetivo comparecerá também em expressões já fixadas pelo uso, como a "consciência moral", a "lei moral", a "moralidade e a norma da moralidade". (Lima Vaz, 1999, p.16)

Nesse sentido, a Moral passou a representar, no campo da práxis individual, a subjetividade do agir, enquanto que a Ética abrange o campo da práxis social, tendendo para uma realidade histórica e social dos costumes. "A moral em uma determinada sociedade indica o comportamento que deve ser considerado *bom* ou *mau*. A Ética procura o fundamento do valor que norteia o comportamento partindo da historicidade presente nos valores" (Rios, 2002, p.24).

Compreender a ética e sua dimensão na docência, resulta em uma discussão importante para a pedagogia, tendo em vista uma prática-social que se funda nos valores construídos nas relações sociais, incorporando sensibilidade aos valores da convivência social, da condição coletiva e considerando que os valores moralmente construídos como o *bem* e o *dever* são estruturas fundantes do saber ético.

O termo técnica se refere a um conjunto de processos, e constitui uma habilidade especial de fazer algo, deriva do termo grego *techne*, e em sua origem era utilizado para descrever habilidades no fazer, mais especificamente uma competência profissional. A técnica remete a uma ação que se requer ou demonstra habilidade. A dimensão técnica diante a competência destina-se a ação dos profissionais. A técnica desvinculada das outras dimensões tem seu significado empobrecido, criando assim uma visão tecnicista na qual supervaloriza a técnica ignorando sua inserção em um contexto social e político, tendo um caráter de neutralidade.

O termo estética deriva do grego *aesthesis*, que era utilizado para "indicar exatamente a percepção da realidade" (Rios, 2002, p.96). De acordo com a autora, refere-se à sensibilidade como algo que vai além do sensorial e diz respeito a uma ordenação das sensações, uma apreensão consistente da realidade. Pensando na ação docente, envolver as dimensões técnica e estética é crucial uma vez que na docência vamos encontrar um espaço ético e político.

Inicialmente foi apresentada ética, dando sequência às dimensões da docência competente, veremos então sobre a dimensão ética e política. A vida dos seres humanos é a vida política que se instaura o *ethos*, constituído na polis, fundando a condição humana. O homem é um ser político em sua essência, pois a política surge por meio das relações. A dimensão ética na docência é a que norteia e sustenta as demais, o que a faz-se necessária, pois sempre caminha para a realização do bem comum. Refere-se a ética nas dimensões da competência, e “na direção não apenas do bem, entendido com múltiplas significações como se verifica na moralidade, mas no bem comum”(Rios,2002, p. 106). Daí a perspectiva ética.

As dimensões técnica, estética e política necessitam ser concebidas pela ética. A ação docente tem a tarefa de contribuir com a formação da cidadania, como diz Rios (2002, p.107) “O trabalho docente competente é um trabalho que faz o bem.”. Com o objetivo de proporcionar algo bom para si mesmo, para os alunos e para a sociedade Rios apresenta ainda uma breve explicação das dimensões da docência:

Na dimensão técnica, que diz respeito à capacidade, comportamentos e atitudes – e à habilidade de construí-los e reconstruí-los com os alunos; Na dimensão estética, que diz respeito à presença da sensibilidade e sua orientação numa perspectiva criadora; Na dimensão política, que diz respeito à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres; Na dimensão ética, que diz respeito à orientação da ação, fundada no princípio do respeito e da solidariedade, na direção da realização de um bem coletivo. (Rios, 2002, p.1008)

A dimensão ética torna-se fundante na competência, pois todas as outras dimensões, além de optar em seus fundamentos, são guiadas pelos princípios éticos. Na perspectiva da qualidade da docência não basta o docente dominar o conteúdo de sua área, é preciso também ter o pensamento crítico e a concretização dos conteúdos, para integração criativa dos sujeitos em sociedade. A dimensão ética na docência norteia dimensões como: técnica, estética e política, que orientam o trabalho docente para fazer o bem, com a intenção de proporcionar o melhor para si e para os outros, tendo em vista a formação para a cidadania. Logo, a dimensão ética é fundante para a dimensão cultural, social e política, pois orienta a ação em direção de um benefício coletivo, guiadas pelos princípios éticos.

A pesquisa possui uma abordagem filosófica, que permeia o campo da filosofia e da educação, buscando uma reflexão e crítica sobre a atividade

educacional. A filosofia representa a mais elaborada forma de percepção do homem alcançada por ele mesmo. O conteúdo da filosofia se forma pela própria existência do homem em seu percurso histórico, desta maneira a história e a filosofia da educação representam o centro da formação do educador.

O agir, os costumes e as atitudes que carregam consigo são características próprias que configuram as ações do homem nas mais diversas culturas e constituem suas moralidades, de forma que estão o tempo todo impondo normas e atuando na consciência dos sujeitos conduzindo suas atitudes. A filosofia sempre se preocupou em compreender como se formam os conceitos, assim, a ética é condição para a filosofia pensar o humano e pôr em questão a sociedade.

Dessa maneira, os componentes filosóficos para a formação docente são essencialmente importantes, sendo indispensáveis para compreender a reflexão crítica da humanidade. Esses componentes mostram-se necessários para a elucidação dos papéis dos educadores e educandos, dentro de um contexto histórico, social, cultural, político e psíquico.

O antídoto ao modo metafísico de filosofar é a historização, isto é, a concepção que toma a história não apenas como um conteúdo da filosofia, mas também como o seu método, ou seja, que unifica na história o conteúdo e a forma de filosofia. A partir dessas premissas podemos analisar a situação atual e a crise que se configura (Saviani, Duarte, 2010, p.424).

Saviani e Duarte (2010) corroboram com a perspectiva da filosofia como concepção de mundo, desenvolvem e apresentam as soluções de problemas sociais muito importantes. Quando se trata da formação do professor faz-se necessário não apenas assegurar-lhe as habilidades técnicas e o domínio de informações e habilidades didáticas. Pois a educação ocorre por meio de uma prática exclusivamente humana, assim a formação para a ação docente não deve ser desenvolvida em paralelo com a concepção integral do caráter humano do professor.

A retomada descritiva e analítica da realidade objetiva do conjunto da espécie humana sobre o planeta, com os recursos atualmente oferecidos pelas ciências e pela filosofia, tanto em sua dimensão físico-biológica como em sua dimensão histórico-social, é requisito absolutamente imprescindível para que o futuro educador possa situar-se a si mesmo bem como sua própria atuação profissional no seio do processo constitutivo da humanidade. Talvez, em situação

igual apenas com a política, a educação é a função mais coextensiva, capilarmente, ao tecido da humanidade (Severino, 2006, p.42).

De acordo com Severino, a educação deve ocorrer por meio da mediação das práticas que se desenvolvem em um contexto de projeto educacional, sendo este vinculado a um projeto histórico e social. A escola neste sentido torna-se o local ideal para esse projeto, agindo como instância social e base mediadora de outros projetos presentes na vida do homem, como projeto político da sociedade e projeto pessoal dos envolvidos na educação.

Na sociedade atual a escola permanece como uma necessidade histórica, de tal forma que em meio à realidade educacional torna-se um desafio concretizar o projeto educacional, mediante as condições histórico-sociais estabelecidas pela opressão e alienação. Neste sentido a sociedade necessita de um projeto educacional que se construa contra esses obstáculos, denunciando e criticando o projeto político neoliberal opressor com o intuito de fundamentar um outro projeto mais libertador, para se concretizar o exercício da cidadania.

Diante de situações de determinação alienadora, de opressão e de exploração, implementando projeto político voltado para interesses egoísticos de grupos particulares hegemônicos, como é o caso de nossa sociedade brasileira atual, torna-se ainda mais precária a força da instituição escolar nesse seu trabalho de construção da cidadania, uma vez que o projeto educacional autêntico estaria necessariamente em conflito com o projeto político da sociedade que, ao oprimir a maioria dos indivíduos que a integram, compromete até mesmo a possibilidade de o educador construir seu projeto pessoal. (Severino, 2006, p.47)

Dentre as condições estabelecidas pela sociedade, dedicar-se à construção de um projeto educacional, muitas vezes se torna um ato de resistência, uma vez que a escola precisa instituir um projeto educacional melhor para a sociedade contemporânea. Desta maneira a escola não pode ser trocada pelos meios tecnológicos, pois a relação pedagógica se faz dependente da relação humana e social. Para realizar a aprendizagem educacional não é suficiente a técnica operativa, necessitando também da ação pedagógica e da relação entre os sujeitos.

Nesta perspectiva o agir educacional é marcado pelos compromissos éticos da educação e dos educadores, pois refere-se a uma prática que é especialmente

voltada para sujeitos humanos em desenvolvimento. Por esta razão a ação dos educadores de intervir diretamente nos sujeitos exige um compromisso com a humanidade, uma vez que é crucial na ação educacional à eticidade.

O agir humano implica, além de sua referência cognoscitiva, uma referência valorativa. Com efeito, a intencionalização da prática histórica dos homens depende de um processo de significação simultaneamente epistêmico e axiológico. Daí a imprescindibilidade das referências éticas do agir e a explicitação do relacionamento entre ética e educação (Severino, 2011, p.135).

A referência à ética se faz necessária devido às relações que ocorrem na sociedade, uma vez que o tempo todo o homem está em contato com o outro que tem pensamentos diferentes dos seus. O fundamento da ética se refere à importância de não ferir a dignidade do outro, indagada pela sua ação. A ação do educador exige uma sensibilidade ética na formação humana que realiza em sua prática educativa. É necessário, não só conhecer a ética, mas também praticá-la cotidianamente.

Esse compromisso ético da educação, que se estende ao exercício profissional dos educadores, por assim dizer, acirra-se nas coordenadas histórico-sociais em que nos encontramos. Isso porque as forças de dominação, de degradação, de opressão e de alienação cristalizam-se nas estruturas sociais, econômicas e culturais. As condições de trabalho são ainda muito degradantes; as relações de poder, muito opressivas e a vivência cultural, precária e alienante.[...] Em outras palavras, as condições atuais de existência da humanidade, traduzidas pela efetivação de suas mediações objetivas, são extremamente injustas e desumanizadoras. (Severino, 2006, p.47).

Pensar em educação e sociedade, torna-se um desafiador exercício de cidadania que está na base de todas as nossas ações da práxis educativa. A formação humana é exterioridade, seu objetivo deve ser impregnado de humanidade, de maneiras a ser sempre possibilidade de produzir meios de subsistência para si e para os outros. Pelas relações com o outro, a vida humana constrói-se pela convivência, a constituição do sujeito está inscrita no modo de produção e reprodução a que faz parte, a sociabilidade é histórica, assim como a forma que compreendemos o humano.

A individualização também é um processo histórico que se efetivou na sociedade mercantil. A partir disso, a socialização reforça o indivíduo e fragmenta o sujeito, já que o indivíduo se faz somente na relação com o outro, e não se dá na abstração. Ao procurar pela realização individual perde-se a essência política humana, e o esforço para a construção de uma vida comum se esvai. Neste sentido, o centro da formação está na preparação do indivíduo para atuar no mercado, e não perder uma oportunidade de negócio. Assim a formação humana perde lugar para a formação individual, atendendo aos interesses impostos pela sociedade.

Quando a vida política e social é tratada como coisa menor, os interesses individuais prevalecem e tudo o que é produzido só ganha valor se proporcionar alguma vantagem passível de ser quantificada em números para o fácil enquadramento em fórmulas, planilhas e regras. Alienados, os homens tendem a aceitar a realidade como se fosse imutável e produzem a sua existência como mandam as circunstâncias. (Guimarães, 2012, p.134)

Portanto torna-se emergente o pensar que interroga, principalmente a vida social e individual, para não se reduzir às conformidades e adequações às ordens instituídas e valores numéricos. Fica a cargo das instituições sociais, e dentre elas a escola como protagonista de mensuração e do despertar da aprendizagem mecânica. Diante dessa realidade, com várias informações postas, os indivíduos não se preocupam em buscar o sentido ou as origens dos fatos que recebe, e assim não desenvolvem o pensamento autônomo, incapaz de criar conceitos, e agindo sempre de forma passiva, de acordo com o que está posto e ele. “O homem autônomo, ao contrário, sabe, não porque alguém lhe falou, mas porque é capaz de pensar o real em movimento, entender o sentido e a gênese desse movimento (Guimarães, 2012, p.135)

A lógica da nossa sociedade está repleta de conexões virtuais que não substituem a relação direta com o outro, de maneira que esses excessos de conexões virtuais reforçam e incentivam o isolamento e influenciam o aumento da intolerância. Os indivíduos submetidos a essa lógica, adquirem uma ideia ilusória de autonomia, que permeia a desarticulação do individual com o coletivo, que afetam a experiência educacional. A experiência educativa envolve várias dimensões, não se restringe à repetição como meio de refinar as atitudes, mas refere-se a arriscar

reconhecer o saber estabelecido pelo outro. Portanto o processo de formação não ocorre de maneira fragmentada e isolada, deve acontecer coletivamente, pela interação dos alunos entre si e com vastas possibilidades de conhecimentos.

A concretização da educação voltada para a formação humana na sociedade atual enfrenta desafios de interesses, pois muito se fala em educação crítica e de qualidade, mas na realidade os interesses que estão em meio ao processo de formação tendem a uma adequação para o mercado de trabalho e a produtividade. Silenciando-se dessa maneira a educação para a autonomia, cultura, liberdade e cidadania.

Mas, ao ensinar, preocupada em preparar os alunos para o sucesso no trabalho e na vida, em atender às exigências do Estado e às expectativas da sociedade, e em se tornar eficiente e produtiva, alcançar bons resultados nas avaliações, a escola geralmente se perde empiria, no pragmático, no insignificante, em meio aos interesses do Estado e dos grupos. Sem se interessar por sua natureza, limites e possibilidades, nem pelos pressupostos e implicações de suas ideias e ações, passa a valorizar e contabilizar produtos, conquistas e sucesso. (Coelho, 2012, p.61)

O ensino preocupado apenas com as questões técnicas, perde-se no pragmatismo e na insignificância. O pragmatismo instrumentalizado traz a noção de que a escola deve funcionar bem, independente do seu significado. Essa lógica da escola como organização traz a questão da técnica, do treinamento, do saber e do fazer. Não só na Educação Básica, mas também o ensino superior tende para a organização de ensino instrumentalizado pela funcionalidade, que prepara para o trabalho, não possuindo sentido e valor. Nesta perspectiva da escola como organização, dá-se a ideia de alcançar um saber transparente, sem esforço, provocando a confusão entre a escolarização, a socialização e a apropriação do saber sistematizado. Dando assim abertura para a coisificação, a redução do saber, perdendo o sentido e tornando o ensino superficial.

O ensinar na atualidade é a transmissão de conteúdo para serem guardados e memorizados. Com a transmissão de conteúdos o uso da técnica e das novas metodologias causa acomodação nos alunos, que não desenvolvem a criticidade e não geram dúvidas. A redução do saber dá lugar aos conteúdos, tornando os alunos consumidores de informações e assim perdem o sentido de estudante. A reflexão é constitutiva da formação escolar, é o que estabelece a distinção entre

escola e centro de treinamento. O Saber é interrogar de forma crítica a razão, as verdades, o imaginário, as crenças, os mitos e a ideologia.

A razão de ser da escola não é preparar recursos humanos para o Estado e as empresas. À medida que saber pensar as ideias e a realidade é fundamental para constituição e a afirmação da existência humana, em especial da vida coletiva, cabe à escola ensinar as crianças, jovens e adultos a pensarem e criarem uma sociedade diferente, fundada na permanente busca da igualdade, autonomia, liberdade e justiça (Coelho, 2012, p. 66).

O fundamental na sala de aula é a compreensão do sentido, dos pressupostos e implicações. Como instituição, a escola privilegia a formação, reconhece e afirma a igualdade, a autonomia e a liberdade dos humanos de forma ética. Iniciar os estudantes no mundo da cultura é convidá-los a caminhar, a busca por saber, pela formação intelectual. A iniciação supõe o professor à frente, mostrando o percurso, para que eles aprendam a caminhar no cultivo da interrogação e do pensamento. Assim, ao pensar a escola como instituição, rompe com a lógica do mercado da educação como meio de transmissão de informações e verdades acabadas.

Nos escritos da obra *Emílio ou da Educação*, são encontradas as máximas no campo moral e político, que são desenvolvidos por meio dos sentimentos e faculdades humanas. Assim, amor de si corresponde a uma paixão que nasce com um homem e não se refere a bem ou mal, apenas será boa ou ruim a depender das circunstâncias em que irá se desenvolver. Desta forma, usou confere suma importância do homem se desenvolver vivos; sendo capaz de reconhecer os bens, males, vistas sociais e ser avisado e preparado para as dificuldades que surgiram ao lidar com os sentimentos de pátria e seus semelhantes.

A publicação do livro causou descontentamento na Europa, sendo conseqüentemente rasgado e queimado e Rousseau perseguido, voltaram-se contra o filósofo poderosos políticos e a igreja católica, pois seus escritos foram o ponto de partida para uma nova crítica na relação educativa com a infância. Assim, o autor provocou a saída do professor como centro do projeto educativo e colocou o aluno para ocorrer o curso natural de seu desenvolvimento. Com sua crítica o autor nos coloca para refletir como a educação tradicional é prejudicial ao homem e à sociedade.

Em Rousseau, a educação deveria possibilitar o desenvolvimento de um ser humano livre e sadio, capaz de compreender as leis da natureza e as leis sociais estabelecidas pela razão (vontade geral) e agir de acordo com elas. A pessoa livre supera dicotomia entre o ser individual e ser social, pois encontra sentido na imersão total (heróica, se poderia dizer) no espírito da Pátria abre (República, rígida segundo a democracia direta) (Giolo, 2011, p.211).

Os recursos utilizados por Rousseau ao desenvolver a obra referem-se ao educar um aluno fictício que representa a figura humana, a qual trabalhará a formação estética política, moral e educativa. Uma formação que representa os princípios do autor, pois seu aluno será educado para desenvolver seus sentidos, fortalecer seu corpo para quando chegar a fase adulta conseguir lidar com as adversidades, sendo livre e autônomo para desfrutar do bem-estar e felicidade na sociedade.

Ela aparece, então, com uma prática desinteressada, naturalmente desligada das relações de poder, da dominação de classe. No fundo uma simples relação entre dois indivíduos - o educador e o educando, o professor e o aluno-, entendidos cada um como ser abstrato, exigindo além do tempo e do espaço, para os quais a história, a estrutura social, as relações de poder constitutivas do social praticamente não contam, não pensam, enfim, não existem. Deixando no silêncio a dimensão política da educação, atenção dos que produzem a educação ou por elas se interessam voltam-se para o interior da escola, procurando encontrar os meios que tornem a relação pedagógica mais produtiva e seus efeitos mais duradouros (Coelho, 1983, p. 32).

Ao desenvolver essa formação as questões educacionais são reduzidas a problemáticas técnicas, ocorrendo um processo de fragmentação do trabalho educacional em vista da maior produtividade. O trabalho intelectual é desvalorizado e o ensinar não exige um bom desenvolvimento racional, pois o que mais interessa é a formação rápida e conseqüentemente precária, com o foco no ensino voltado para métodos e técnicas com o objetivo de se atingir as metas definidas, reduzindo assim a qualidade do ensino a estatísticas. Por esse viés a licenciatura curta se faz presente nessa lógica do sistema, tendo como resultado profissionais mal preparados intelectualmente, com grande possibilidade de vir a ser um educador que não questiona a realidade, a sua prática e não assume uma posição reflexiva diante os embates da sociedade. Outrossim, formará alunos com o mesmo perfil que provavelmente serão manipulados facilmente.

O trabalho docente, antes eminentemente intelectual, está sendo reduzido paulatinamente a uma repetição infundável de uma série de atividades parceladas. Para que o trabalho seja mais racional (lê-se: mais lucrativo), cada operário deve saber executar bem, com perfeição, poucas tarefas (parcelamento das atividades) , permanecendo sempre na mesma ocupação e tarefa pois a cada mudança de ocupação de tarefa, implica um esforço de adaptação que diminui a produção (Coelho, 1983, p.34).

O pensar em nossa sociedade evidentemente, é muitas vezes dispensado na prática educativa, pois o importante é o que basta para executar e transmitir informações. Nesse contexto, o sujeito que pensa, questiona e discorda dos ordenamentos torna-se perigoso, indesejado. A fragmentação relacionada às atividades sociais, são características do modo de organização da sociedade, que não refletem apenas em um fato técnico, mas um fato sócio político essencial para ocorrer a dominação e exploração.

A escola como instituição constituinte da sociedade, reflete as manifestações de conflitos e contradições não representa uma prática neutra e desinteressada ela é um significativo meio de reprodução social. Quando a educação é utilizada para qualificar a força de trabalho não representa apenas um procedimento técnico, mas acima de tudo um processo social com a intenção de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho tendo como resultado uma mão de obra disciplinada e dócil. “Essencialmente comprometido com a reprodução das relações de poder, de exploração e dominação, o trabalho pedagógico é, portanto, um trabalho político” (Coelho, 1983, p.38). Desta forma, o trabalho do professor é essencialmente político.

A educação segundo Ildeu (1983), para nós tem servido à alienação, à conservação da ordem política opressora, econômica e social, mas ela representa também uma possibilidade de concretização e elaboração de um novo projeto. Por conseguinte, a escola sendo instrumento de reprodução da hegemonia¹⁴ burguesa ela pode tornar-se também um novo meio para a criação de uma nova hegemonia e um novo momento histórico. Para que ocorra uma mudança nas relações sociais é necessário que tenha ao menos um mínimo de liberdade na sociedade, para assim se

¹⁴ A hegemonia se realiza quando a classe dominante consegue silenciar o discurso crítico, levando subalternos a não se autoperceberem como tais, mas a assumirem sua situação de classe como se fosse o produto de uma escolha livre, num processo de interiorização e aceitação coletiva da visão de mundo hegemônica como a única e verdadeira (Coelho, 1983, p. 39).

elaborar e difundir um novo discurso crítico, sendo negação do discurso ideológico para que se possa ter um novo direcionamento do trabalho pedagógico.

A relação educação e sociedade não é de modo algum uma relação mecânica, automática, de simples contiguidade, justamente porque educação e sociedade não são duas realidades exteriores, completamente determinadas e autônomas que existiram uma ao lado da outra, embora associadas. A relação corretamente existente entre elas é de determinação recíproca, ou seja, sociedade sempre determina a educação e ao mesmo tempo é por ela determinada (Coêlho, 1983, p.40)

A crítica e a denúncia não são suficientes para a transformação da sociedade, da escola, pois pode facilmente ser absorvida pelo Estado. Faz-se necessário o fortalecimento da sociedade organizada coletivamente para uma luta política, capaz de transpor esse território. Ao mencionarmos o coletivo, um modo de organização política que pode contribuir para essa transformação é democratização que na escola significa submeter ao estado, para direcionamentos relacionados à cultura e educação, sendo possível livre debate e à crítica, e são fatores importantes para o controle dos professores alunos e toda a sociedade civil.

Finalmente, apenas uma democratização da estrutura de poder das escolas poderá evitar que também aí educadores, educandos e funcionários sejam punidos ou recompensados pelas ideias que possuem ou definem. Sem isso, jamais haverá aquele mínimo de decência, de dignidade necessárias ao trabalho pedagógico (Coêlho, 1983, p. 48)

Neste sentido é necessário que o trabalho educativo se movimente com o propósito de reconhecer os homens com seres históricos determinados, não como realidades indefinidas, levando-os a questionar a estrutura de poder presente nas escolas, a educação e seus compromissos com a sociedade. Refletir e tratar a educação como um bem comum que tenha o compromisso de atender a todos, respeitando suas realidades é possível por meio da democratização da escola.

Os escritos rousseauianos nos permite pensar a prática educativa por meio da dimensão ética e política. Especialmente nas obras *Do Contrato social* e *Emílio ou da Educação* o filósofo nos apresenta um projeto social e pedagógico. Uma sociedade em que sua organização tem como base o coletivo, em vista de evitar as desigualdades, dominação e a corrupção. Uma educação em que prima pela

formação do homem sob orientação da natureza humana, tem como base a autonomia e a liberdade. Nesse sentido a prática educativa não se reduz a uma formação para um para uma profissão, mas um projeto educacional que abrange toda a dimensão humana, que prepara para o convívio em sociedade e desenvolvimento da autonomia e pensamento crítico.

É importante ressaltar, que aproximamos o sentido da formação e da educação ao pensamento rousseauiano em sua obra *Emílio ou da Educação*, pois nos remetemos a uma formação em que o aluno é instigado a desejar e procurar pelo saber, despertando o espírito crítico, a inquietação e a dúvida, sem a entrega de um processo educacional reduzido e de verdades acabadas. O professor conduz, instiga e apresenta caminhos ao seu aluno para que ele possa pensar, questionar e desejar aprender, resgatando o humano e o sentido do público e do coletivo na educação, reconhecendo-se como cidadãos, parte constitutiva e constituinte da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar e tentar compreender o legado teórico de Rousseau nos vemos a refletir sobre o objetivo deste estudo, que não foi apenas compreender os questionamentos e contradições impostas pela formação do homem, mas de alguma forma representa uma tentativa de contribuir para a sociedade com uma educação crítica e política. Compreendo que os escritos rousseauianos podem motivar um movimento de transformação nas relações educacionais, em que o aluno é posto para pensar e buscar pelo conhecimento. A perspectiva filosófica permite compreender o pensamento teórico, por meio de uma leitura contextualizada com a intenção de construir um diálogo entre autor e leitor. Diante de nossa sociedade, em que a escola é marcada pela transmissão de informações e ensino técnico, ocorre a reprodução social, em esquecido ou fica em segundo plano o mais importante, a formação integral do homem, faz-se importante discutir e incluir no trabalho educativo a questão política. Questões importantes são ignoradas no processo educacional com vistas a educar para competitividade, assim temos uma sociedade em que as pessoas correm atrás dos interesses individuais, do lucro e da vantagem, com pouca disponibilidade para um olhar sensível para com o outro, fortalecendo assim o individualismo.

Em meio aos desafios e contradições da relação sociedade e educação, nesta pesquisa buscamos no pensamento rousseauiano não uma resposta, mas um encaminhamento, uma orientação de como podemos pensar a educação e as relações sociais. Na perspectiva da educação para formação humana, não teve sua origem na modernidade com Rousseau, mas já se pensava em uma educação que buscava o desenvolvimento integral do homem na antiguidade, sendo neste período denominada de *paideia*, que representava a concepção de educação que reconhecia a necessidade de formar o homem pensante e crítico para o exercício da cidadania, comprometido com desenvolvimento de uma educação política e ética, pois, a *paideia* representa o alicerce do saber crítico a respeito da sociedade e da condição humana.

Nessa perspectiva, Rousseau, um filósofo crítico da modernidade, defende uma educação que busque agir ao contrário das instituições por meio de uma formação humana autônoma e livre. Duas obras foram fundantes para compreender a dimensão política na educação: *Do Contrato Social e Emílio ou da Educação*, que são inscritos que se complementam com ideias políticas, morais e éticas. Por meio de seu aluno hipotético, Rousseau nos permite pensar e refletir sobre uma educação com

princípios de liberdade e autonomia. O filósofo não defende que o homem volte para o estado primitivo, mas se aproxime o máximo possível da natureza humana.

A formação de Emílio corresponde a educação negativa, em que ocorre o desenvolvimento primeiro dos sentidos para o fortalecimento do corpo, para em seguida se preocupar com as questões racionais. Assim defende o ato educativo em que o mestre cria possibilidade para o desenvolvimento de seu aluno, por meio de experiências, o instigando ao desejo de aprender e a busca pelo saber. As experiências permitem que o aluno passe por momentos de felicidade, tristeza, frustrações e medo, ocorrendo assim o preparo para a convivência em sociedade, podendo compreender que a sua liberdade se limita pelas leis e as regras da sociedade.

Na nossa sociedade a educação tem sido reduzida a técnica e praticidade, em vista de uma maior produtividade, o pensamento e senso crítico são muitas vezes ausentes do trabalho educativo. Educação como prática histórica e social não pode silenciar a dimensão política do agir educacional, pois percebemos a necessidade de termos cada vez mais, um projeto educacional em que as dimensões técnica, estética, ética e política estejam relacionadas sejam partícipes desse cotidiano.

Ao realizar o estudo dos escritos rousseauianos temos a possibilidade de pensar uma formação que vai contra o instituído, não referimos a uma determinação, mas a um caminho, uma possibilidade. O autor nos instiga a buscar por uma formação de valores que estejam comprometidos com a justiça e o bem. Rousseau não pensou a nossa sociedade, mas ao pôr em questão e realizar a crítica da sociedade em que vivia, a partir dos escritos nos como leiteiros somos capaz de pôr em questão assuntos como a política e educação em nossa sociedade. Cabe ressaltar que a conclusão não representa o fim da pesquisa, mas sim o início de uma nova busca, agora com mais elementos constituintes e constitutivos do pensamento e do agir com autonomia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Liliane. Os fundamentos para o trabalho do educador na formação do homem autônomo. **IV EDIPE** – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o iluminismo e a revolução Francesa**. São Paulo. Editora da Universidade Paulista, 1996.

CARDOSO NETO, Odorico Ferreira. O sentido da democracia e da autonomia: a reinvenção da educação e da escola. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 509-526, set.-dez. 2008

CHAUÍ, Marilena. Educação: direito do cidadão e não mercadoria. **Aula Inaugural da FFLCH** - 20 de fevereiro de 2003

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *En: Crítica y emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008- . -- ISSN 1999-8104.*

CHAUÍ, Marilena. **Democracia: Criação de Direitos**. Síntese, Belo Horizonte, v.45, n.143, p.409-422, Set/Dez, 2018

COÊLHO, Ildeu. **Glossário de Termos Gregos**. Goiânia. Material não publicado, 2009.

COÊLHO, Ildeu. Pensando o trabalho educativo*. **Educativa**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 313-326, jul./dez. 2011

COÊLHO, Ildeu e GUIMARÃES Ged. Educação, escola e formação. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 323-339, jul./dez. 2012

COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da Escola? In: COÊLHO, Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre os sentidos da escola**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2012. Cap. 3, p.59-86.

DALBOSCO, Cláudio Almir. Da Educação Natural e da Educação Social (Moral) no *Émile* de Rousseau. In: DALBOSCO, Claudio A. **Filosofia e educação de Rousseau: o papel do educador com governante-** Campinas, SP; Editora Alínea, 2011.

GIOLO, Jaime. Rousseau e seu Legado Pedagógico. In: DALBOSCO, Claudio A. **Filosofia e educação de Rousseau: o papel do educador com governante-** Campinas, SP; Editora Alínea, 2011.

GUIMARÃES, Ged. **A recusa da sociedade do espetáculo no processo de formação do homem autônomo: Um estudo da abordagem de Rousseau.**

Orientadora Prof. Dra. Cynthia Greive Veiga. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais -Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

GUIMARÃES, Ged. A escola como projeto de emancipação do homem. *In*: COELHO, Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre os sentidos da escola**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2012. Cap. 6, p.127-137.

LIMA VAZ, Henrique C. **Escritos de filosofia II: Ética e cultura**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1993.

LIMA VAZ, Henrique C. **Escritos de filosofia IV: Introdução à ética filosófica 1**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999.

MARQUES, J. O.A. Forçar-nos a ser livres? O paradoxo da liberdade no Contrato social de Jean-Jacques Rousseau. **Cadernos de Ética e Filosofia Política** 16, 1/2010, pp. 99-114.

MÜHL, Eldon Henrique. A Educação no Terceiro Estado da Infância e o Papel do Educador no Livro III. *In*: DALBOSCO, Claudio A. **Filosofia e educação de Rousseau: o papel do educador com governante-** Campinas, SP; Editora Alínea, 2011.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 11^o ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: Por uma docência da melhor qualidade**. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e fundamentos das desigualdades entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes/** Jean-Jacques Rousseau; tradução de Loures Santos Machado; introdução e notas de Paulo Arbouse-Bastide e Lourival Gomes Machado. – 2. ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**; tradução de Sergio Milliet. – 3 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. 592p.

SALES. Aline de Fátima. **A formação do homem virtuoso no Emílio de Jean-Jacques Rousseau**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE) Programa de Pós Graduação em Educação, Goiânia, 2017.

SALES, Aline de Fátima. ALMEIDA, Liliane. GUIMARÃES, Ged. O ofício do mestre e a formação do homem em Rousseau. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 281-296, jan./abr. 2016.

SAVIANI, Dermeval. DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista de educação** v.15 n.45 set./dez.2010

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pressupostos filosóficos da formação e prática do educador. **Cadernos da educação**/FaE/UFP/ Pelotas [27]:37-54. julho/dezembro 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Formação e atuação de professores: dos seus fundamentos éticos. *In*: Francisca Eleodora Santos Severino (Org.). **Ética e formação de professores**: política, responsabilidade e autoridade em questão. São Paulo: Cortez, 2011

ULHÔA, Joel Pimentel. **Rousseau e a utopia da soberania popular**. Goiânia-Go. Editora da UFG. Editora associada à Associação Brasileira de Editoras Universitárias. 1996.